



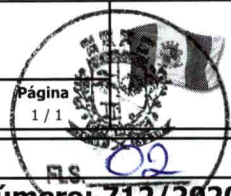
Fundo Municipal de Saúde de Chapecó

Rua Marechal Floriano Peixoto - L. 700 - Centro - 89.801-501 - Chapecó/ SC
CNPJ: 80.636.475/0001-08 Fone: (49)3321-0090 atsaude@chapeco.sc.gov.br
<https://www.chapeco.sc.gov.br>

Usuário: Kísla Zamignan

Chave de Autenticação Digital
2107-5472-113

Página
1 / 1



Solicitação de Compra/Contratação

Número: 712/2020
Emissão: 16/04/2020
Situação: Liberada

Órgão Orçam.: 21000 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó - FMS

Un. Orçam.: 21021 - Fundo Municipal de Saúde de Chapecó - FMS

Centro de custo: 0002.0001.0007 - Gerência de Assistência Farmacêutica

Descrição: Aquisição emergencial de aventais impermeáveis para uso dos servidores municipais que estão trabalhando no enfrentamento da pandemia do covid19.

Despesas					
Despesa	Fonte de recurso			Valor indicado (R\$)	Valor bloqueado (R\$)
294 - 2 - 21021 - 10 - 301 - 107 - 2.605 - 0 - 339000 - Aplicações Diretas	1380 - 38 Transferências do Sist Unico de Saúde - SUS			43.600,00	0,00
Itens					
Item	Quantidade	Unidade de medida	Material/Serviço	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	4.000,00000	UNIDADE	14322 - AVENTAL	10,90000	43.600,00
Complemento do item: AVENTAL LAMINADO IMPERMEÁVEL (FALSO TECIDO DE FILAMENTOS SINTÉTICOS LAMINADO.					
				Total geral (R\$)	43.600,00

Valdecir José Miotto

Diretor de Administração, Finanças e Infraestrutura

MARISTELA BISOGNIN SANTI ROCHA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
Ordenador de despesa

(CNPJ 07.519.703/0001-70) BBC Textil LINA

**Memorando 9.799/2020**Assunto: **Avental impermeável**PREFEITURA DE
CHAPECÓ**Chapecó/SC, 07 de Abril de 2020**

Prezada secretária Maristela B. S. Rocha

Solicito autorização e encaminhamento para a compra emergencial de 2.000 unidades de aventais impermeáveis para uso dos servidores municipais que estão trabalhando no enfrentamento da pandemia do covid19, nosso estoque no almoxarifado deste EPI está muito pequeno, as orientações técnicas são para uso deste EPI no atendimento aos pacientes com vômito, diarreia, etc. (Note técnica SES 02/2020).

Att

Ivan Valter Tierling*Gerente Assistência Farmacêutica*Prefeitura Municipal de Chapecó - Av. Getulio Vargas, 957S CEP 89812-000 • 1Doc • www.1doc.com.br

Impresso em 17/04/2020 14:20:28 por Kísla Zanignan - ANALISTA ADMINISTRATIVO (matricula 78539)

"Acredite em si próprio e chegará um dia em que os outros não terão outra escolha senão acreditar com você." - *Cynthia Kersey*



BBC TEXTIL LTDA

CNPJ: 07.519.703/0001-70

I.E.: 255.026.722

ENDEREÇO: RODOVIA SC 283, KM 03

LINHA SIMONETO – CEP: 89809-846

CHAPECÓ – SC

TELEFONE: (049) 3329-4814

E-mail: bbctextil@hotmail.com – Orlando

E-mail: financeiro@bbctextil.com.br – Siliandra

**Memorando 9.799/2020**

Responder apenas via 1Doc

PREFEITURA DE
CHAPECO

Ivan T. 22ASFA

Para

14SESAU - SECRET...

07/04/2020 12:22

Avental impermeável

Prezada secretária Maristela B. S. Rocha

Solicito autorização e encaminhamento para a compra emergencial de 2.000 unidades de aventais impermeáveis para uso dos servidores municipais que estão trabalhando no enfrentamento da pandemia do covid19, nosso estoque no almoxarifado deste EPI está muito pequeno, as orientações técnicas são para uso deste EPI no atendimento aos pacientes com vômito, diarreia, etc. (Note técnica SES 02/2020).

Att

Ivan Valter Tierling*Gerente Assistência Farmacêutica***Despacho 1: 9.799/2020**

07/04/2020 12:43

(Encaminhado)

Maristela R. 14SESAU

01DAFI - Diretor...

Quem já visualizou? 0

Ao Financeiro para providencias

Atenciosamente,Maristela Bisognin Santi Rocha
Secretária da Saúde**Despacho 2: 9.799/2020**

16/04/2020 21:48

(Encaminhado)

Ivan T. 22ASFA

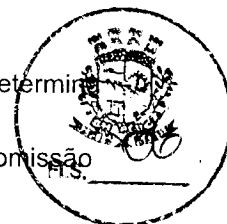
01DAFI - Diretor...

Quem já visualizou? 2

Boa tarde, precisamos atualizar o quantitativo para compra ser de 4.000 unidades de aventais impermeáveis.

Att

Ivan Valter Tierling*Gerente Assistência Farmacêutica*

**Despacho 3: 9.799/2020**

16/04/2020 22:06

(Encaminhado)

Ivan T. 22ASFA

01DAFI - Diretor...

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 38.652 de 16/03/2020, que determina medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid19), cria a comissão de resposta ao coronavírus e dá outras providências;

CONSIDERANDO a declaração de Emergência em Saúde Pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19) e suas recomendações para prevenção da propagação;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);
CONSIDERANDO as recomendações da OMS, divulgadas em 27 de fevereiro de 2020, para prevenir a propagação do novo coronavírus (COVID-19) no ambiente de trabalho;

CONSIDERANDO a classificação pela OMS, no dia 11 de março de 2020, como pandemia do novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à Saúde Pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Chapecó/SC;

CONSIDERANDO que COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus SARS-coV-2, que seus sintomas mais comuns são: febre, tosse seca e dificuldade para respirar, os quais aparecem gradualmente e geralmente são leves; e que sua transmissão costuma ocorrer no contato com infectados, por meio de secreções, como gotículas de saliva.

CONSIDERANDO a NR 6 - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI em que define EPI como "todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho", que para tanto são essenciais informações claras sobre o seu uso.

CONSIDERANDO que os protocolos elaborados para o atendimento da população nas situações relacionadas ao coronavírus preconizam o uso de EPI no atendimento dos pacientes sintomáticos, isto é, daqueles que apresentam febre, tosse, dificuldade de respirar e sintomas gripais, ou seja, o uso de EPI como item de medida de precaução de contato e por gotículas.

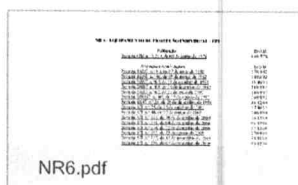
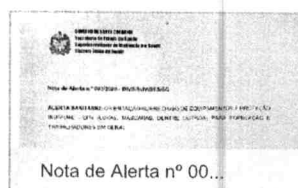
CONSIDERANDO que para procedimentos que envolvam a via respiratória do paciente e são geradores de aerossóis, a exemplo da intubação e da aspiração de secreções, deve-se utilizar EPI específico como item de medida de precaução por aerossóis.

CONSIDERANDO a grande demanda por EPI pelos serviços de saúde em todo o território nacional, e que para tanto é necessário considerar seu uso racional quanto aos tipos recomendados de EPI no contexto do COVID-19, de acordo com o tipo de ambiente, pessoa alvo e tipo de atividade.

Solicito a compra emergencial dos insumos acima.

Att

Ivan Valter Tierling
Gerente Assistência Farmacêutica



N 788A
ANAS

Quem já visualizou? 2 pessoas

Prefeitura Municipal de Chapecó - Av. Getúlio Vargas, 957S CEP 89812-000 • 1Doc • www.1doc.com.br

Impresso em 17/04/2020 14:15:58 por Valdecir José Miotto - Diretor de Infraestrutura e Finanças

"Tudo o que um sonho precisa para ser realizado é alguém que acredite que ele possa ser realizado." - Roberto Shinyashiki

1Doc



Orçamento

Prezado:

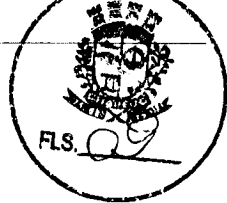
Em atendimento à sua solicitação de informações sobre produto e preços informamos abaixo a descrição e os valores praticados:

	Valor unitário:	Quantidade:	Total:
Avental laminado impermeável (FALSO TECIDO DE FILAMENTOS SINTETICOS LAMINADO LAM PE NRES BRANCO + NT 100% PP FOB BRA 50G/M2 2000MM 500M PP+PE) Dimensões: Comprimento 1,40m Largura 1,17m	R\$ 10,90	4.000 pçs	R\$ 43.600,00

BBC Têxtil

Ficamos à disposição para esclarecer eventuais dúvidas.

Chapecó, 16 de abril de 2020.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

DECRETO Nº. 38.652, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

Determina medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), cria a Comissão de Resposta ao Coronavírus e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e,

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19),

CONSIDERANDO a necessidade de implantação de medidas para resposta imediata ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19),

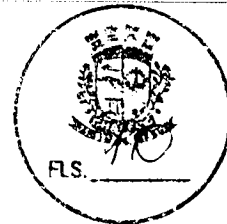
CONSIDERANDO que até a data atual existem 03 (três) casos suspeitos que encontram-se em isolamento residencial e sob monitoramento da Secretaria de Saúde de Chapecó,

D E C R E T A:

Art. 1º. Ficam determinadas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) em todo o território do município de Chapecó.

Art. 2º Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

- I – isolamento;
- II – quarentena;
- III – determinação de realização compulsória de:
 - a) exames médicos;
 - b) testes laboratoriais;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

- c) coleta de amostras clínicas;
- d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou
- e) tratamentos médicos específicos;

IV – estudo ou investigação epidemiológica;

V – exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáver; e

VI – requisição de bens, serviços e produtos de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa.

§ 1º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I – isolamento: separação de pessoas doentes ou contaminadas, bens contaminados, transportes e bagagens, em âmbito intermunicipal, mercadorias e outros, com o objetivo de evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus; e

II – quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das demais que não estejam doentes, ou de bagagens, contêineres, animais e meios de transporte, com o objetivo de evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus.

§ 2º A requisição administrativa, como hipótese de intervenção do Município de Chapecó na propriedade, sempre fundamentada, deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização com base na chamada “tabela SUS”, quando for o caso, e terá condições e requisitos definidos em atos infralegais emanados pela Secretaria de Estado da Saúde (SES).

§ 3º O período de vigência da requisição administrativa de que trata o § 2º deste artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e envolverá, especialmente:

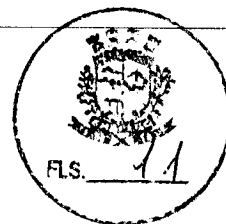
I – hospitais privados, independentemente da celebração de contratos administrativos; e

II – profissionais da saúde, hipótese que não gerará vínculo estatutário nem empregatício com a Administração Pública.

§ 4º. Além das medidas descritas nos parágrafos anteriores, fica determinado:

I - a suspensão das atividades coletivas da Cidade do Idoso, ficando mantido o atendimento em saúde;

II - a suspensão das atividades dos grupos de convivência de idosos e projeto SuperIdade, desenvolvidos pela Secretaria de Assistência Social de Chapecó;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

III - a suspensão das atividades dos grupos de atividades de prevenção (Gestantes, Hipertensos, Diabéticos. Núcleos Ampliados de Saúde da Família - NASF), desenvolvidos pela Secretaria de Saúde;

IV - o isolamento de pessoas oriundas do exterior e que tenham passagem por grandes aeroportos nacionais ou internacionais, pelo período de 07 (sete) dias, sob o monitoramento da Secretaria Municipal de Saúde;

V - o cancelamento ou adiamento de eventos de massa (governamentais, esportivos, artísticos, culturais, políticos, científicos, comerciais, religiosos e outros com concentração próxima de pessoas), com público estimado igual ou acima de 250 pessoas para espaços abertos e 100 pessoas para espaços fechados.

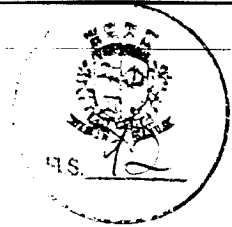
Art. 3º As medidas mencionadas no art. 2º deste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e exata, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do coronavírus.

Art. 4º Fica autorizada a realização de despesas, inclusive com dispensa de licitação, para o cumprimento deste Decreto, tais como a contratação de profissionais da área da saúde, na hipótese de necessidade emergencial, e a aquisição de medicamentos, leitos de UTI e outros insumos, mediante prévia justificativa da área competente ratificada por ato da Secretária Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Na contratação de bens ou serviços para tratamento, prevenção, isolamento ou quarentena, em caso de dispensa de licitação, a Secretaria Municipal de Saúde deverá observar as hipóteses previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como instruir o processo com justificativa e parecer jurídico emitidos pela Procuradoria Geral do Município.

Art. 5º. Fica criada a Comissão de Resposta ao Coronavírus, com a incumbência de operacionalizar, monitorar e articular ações para o enfrentamento e resposta imediata à emergência de saúde pública.

Parágrafo único. As ações e os serviços públicos de saúde voltados à contenção da emergência serão articulados pela Comissão de Resposta ao Coronavírus em conjunto com a



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Secretaria Municipal de Saúde, e poderão contar com a participação dos demais órgãos ou entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal e da sociedade civil.

Art. 6º. Ficam nomeados para compor a Comissão de Resposta ao Coronavírus:

I - representantes do Poder Executivo Municipal:

- a) MARISTELA BISOGNIN SANTO ROCHA - Secretária de Saúde;
- b) ALDARICE PEREIRA DA FONSECA - Diretora Técnica;
- c) GESSIANI FÁTIMA LARENTIS - Diretora de Atenção à Saúde;
- d) FÁTIMA NEIVA PIOVESAN - Gerente de Vigilância em Saúde;
- e) LEANDRA OLIVEIRA PORTO - Gerente de Atenção Especializada;
- f) LÍGIA SCHACHT - Gerente de Atenção Básica;
- g) DIANE NEGRI - Coordenadora de Vigilância Epidemiológica;
- h) ROGÉRIO DE SOUZA BARCALA - Coordenador do SAMU;
- i) CAROLINE KOLLING - Médica Infectologista.

II - representantes da sociedade civil:

- a) HUGO NOAL - representante do Hospital Regional do Oeste;
- b) CARLA OLDRA - representante do Hospital Regional do Oeste;
- c) MARCIELE DA FONSECA - representante do Hospital Regional do Oeste;
- d) JACIRA DE OLIVEIRA - representante do Hospital Regional do Oeste;
- e) TÂNIA ZUNKOWSKI - representante do Hospital Regional do Oeste;
- f) JUSTINA LORENZZETTI - representante do Hospital Regional do Oeste;
- g) MÁRCIO RICARDO RIBOLI - representante do Hospital Regional do Oeste;
- h) CLEIDI BORTOLOZZO - representante do Hospital Regional do Oeste;
- i) ELISANDRA MIOZZO ZAVODNIK - representante do Hospital Regional do

Oeste;

- j) JULIANA SAVARIZ - representante do Núcleo Hospitalar Epidemiológico;
- k) MARLEI FACHIN - representante do Núcleo Hospitalar Epidemiológico;
- l) DALVA TEDESCO - representante do Núcleo Hospitalar Epidemiológico;
- m) CAROLINA PONZI - representante do Hospital Unimed Chapecó.

III - Representantes do Estado de Santa Catarina:

- a) OTILIA CRISTINA RODRIGUES - representante da Macroregional de Saúde de Chapecó;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

- a) MARTA SANTOS - representante da Macroregional de Saúde de Chapecó;
c) DEYSE ANGELINI - representante da Macroregional de Saúde de Chapecó.

Art. 7º Nas hipóteses em que houver recusa à realização dos procedimentos estabelecidos no art. 2º deste Decreto, os órgãos competentes deverão adotar as medidas judiciais cabíveis, com o objetivo de atender ao interesse público e evitar o perigo ou risco coletivo.

Art. 8º. A Secretaria Municipal de Saúde deverá expedir recomendação e orientação para implementar as medidas de que trata o art. 2º deste Decreto, bem como expedir Boletim Diário de Informação.

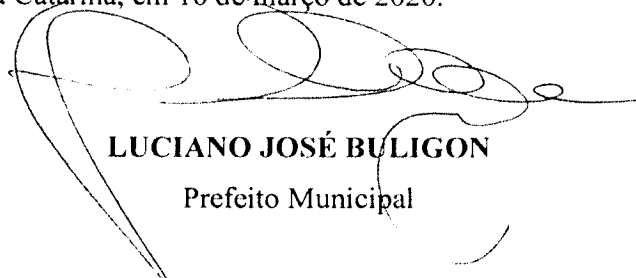
Art. 9º Fica adotado o Plano de Contingência Municipal, a fim de conter a emergência de saúde pública provocada pelo coronavírus, elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 10. Havendo descumprimento das medidas previstas neste Decreto, as autoridades competentes devem apurar eventual prática de infração administrativa.

Art. 11. A Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON deverá intensificar as ações orientativas e fiscalizatórias visando coibir a prática de preços abusivos para produtos relacionados à saúde.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º, bem como no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 16 de março de 2020.



LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal



Nota de Alerta n.º 003/2020 - DIVS/SUV/SES/SC

ALERTA SANITÁRIO: ORIENTAÇÃO SOBRE O USO DE EQUIPAMENTOS E PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPIs (LUVAS, MÁSCARAS, DENTRE OUTROS) PARA POPULAÇÃO E TRABALHADORES EM GERAL

A Diretoria de Vigilância Sanitária de Santa Catarina (DIVS) **ALERTA E ORIENTA** sobre a utilização de luvas e máscaras pelos profissionais da saúde em geral, em harmonia com as diretrizes determinadas pelo Ministério da Saúde

As máscaras apenas devem ser utilizadas pelos pacientes sintomáticos, suspeitos do novo coronavírus e pelos profissionais da área da saúde que prestam assistência a pacientes.

Os profissionais de saúde além das máscaras devem utilizar os demais Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e paramentação já descritos em nota específica.

A população em geral e os trabalhadores de serviços essenciais, que não prestem atendimento a pacientes, não devem utilizar máscaras ou luvas, visto que, não haverá eficácia maior de proteção do que a higienização frequente das mãos e as demais medidas de proteção individuais.

Para os trabalhadores de indústrias, devem ser utilizados os EPIs já de rotina, conforme a atividade que desenvolvem.

Essas recomendações estão de acordo com as diretrizes do Ministério da Saúde (MS) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e são necessárias para evitar o uso indiscriminado destes Equipamentos de Proteção Individual, além de se evitar a falsa ideia de que simplesmente o uso já é suficiente para a prevenção do contágio, o que pode acarretar um descuido nas demais medidas de prevenção e cuidados essenciais.

Florianópolis, 22 de março de 2020.

LUCÉLIA SCARAMUSSA RIBAS KRYCKYJ
Diretora de Vigilância Sanitária/SES/SC



PREFEITURA DE CHAPECÓ
SECRETARIA DE SAÚDE

Nota técnica em conjunto n. 001/2020

*Aprovado
Ao Grupo de Trabalho
PPI (Proteção Individual)
26/03/2020
20/03/2020*

Assunto: ORIENTAÇÃO SOBRE O CORRETO USO DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) PELOS PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO BÁSICA, ATENÇÃO ESPECIALIZADA, VIGILÂNCIAS EM SAÚDE E AMBULATÓRIO DE CAMPANHA DURANTE ASSISTÊNCIA AOS CASOS CONFIRMADOS OU SUSPEITOS DE COVID-19.

CONSIDERANDO as recomendações da OMS, divulgadas em 27 de fevereiro de 2020, para prevenir a propagação do novo coronavírus (COVID-19) **no ambiente de trabalho;**

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 38.652, de 16 de março de 2020, o qual determina medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), cria a Comissão de Resposta ao Coronavírus e dá outras providências;

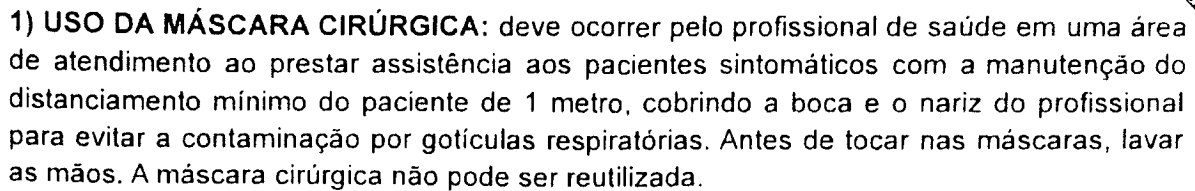
CONSIDERANDO as orientações da Nota Técnica Conjunta n. 02/2020, a qual orienta sobre o correto uso dos equipamentos de proteção individual (EPIs) pelos profissionais de saúde na assistência aos casos confirmados ou suspeitos de COVID-19;

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à Saúde Pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Chapecó;

CONSIDERANDO a NR 6 - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI em que define EPI como "todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho", que para tanto são essenciais informações claras sobre o seu uso;

CONSIDERANDO a grande demanda por EPI pelos serviços de saúde em todo o território nacional, e que para tanto é necessário considerar seu **uso racional** quanto aos tipos recomendados de EPI no contexto do COVID-19, de acordo com o **tipo de ambiente, pessoa alvo e tipo de atividade;**

A Secretaria de Saúde, por meio do Grupo de Trabalho sobre Equipamentos de Proteção Individual (EPI), insumos e equipamentos para enfrentamento da emergência em saúde instituído pela Portaria SESA N.195/2020 de 23/03/2020, **ORIENTA:**



PARA A COVID-19, EM SITUAÇÕES ONDE NÃO HOUVER PROCEDIMENTOS GERADORES DE AEROSSÓIS, DEVE-SE UTILIZAR MÁSCARA CIRÚRGICA PARA O PACIENTE SUSPEITO E/OU CONFIRMADO E PARA O PROFISSIONAL QUE O ASSISTE, ALÉM DAS DEMAIS MEDIDAS DE PRECAUÇÃO NECESSÁRIAS. NESTES CASOS NÃO É RECOMENDADO O USO DE MÁSCARAS N95.

2) USO DA MÁSCARA N95 OU PFF2: deve ocorrer exclusivamente pelo profissional para atendimento a pacientes com doenças do trato respiratórios transmitida por aerossol ou procedimentos que envolvam o trato respiratório e gerem aerossóis (intubação e aspiração naso ou orotraqueal, ressuscitação cardiopulmonar, ventilação com ressuscitador manual, ventilação não invasiva, sondagem nasogástrica ou nasoentérica, exame de broncoscopia, coleta de exames em nasofaringe e orofaringe, pelos profissionais dos laboratórios de análise clínicas e afins), por conta da sua eficiência de filtragem para partículas menores que 0,3 µm.

MÁSCARA N95 E PFF2 SÃO DE **USO EXCLUSIVO** DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE NA ASSISTÊNCIA A PACIENTES COM INDICAÇÃO DE PRECAUÇÃO POR AEROSSOL OU DURANTE **PROCEDIMENTOS** GERADORES DE AEROSSÓIS.

2.1 CUIDADOS

- a) Nunca usar a máscara cirúrgica abaixo da N95, pois impede a adequada vedação ao rosto. Não usar maquiagens ou barba que causam contaminação aparente ou dificultam a vedação adequada da máscara.
- b) É possível o uso prolongado da mesma máscara N95 para atendimento de mais de um paciente. Para reutilização, a máscara deve ser acondicionada em recipiente descartável (manter na embalagem própria) identificado com o nome de profissional. O local de armazenamento das máscaras deve ser escolhido de modo a garantir que não exista contato entre as embalagens das máscaras de cada profissional.
- c) Para guardar a máscara após a retirada, o profissional deverá evitar tocar a face externa da máscara. Caso seja necessário o toque, fazê-lo após a retirada das luvas e higiene das mãos. Para garantir que a máscara não seja contaminada, estar atento para não haver toque na área interna da mesma.

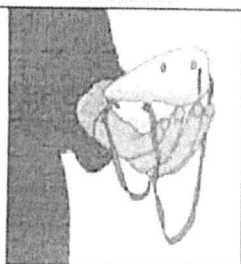
d) Ao vestir a máscara N95 previamente usada, higienize as mãos, coloque a máscara, ajuste-a adequadamente ao rosto para vedação e, ao final do procedimento, higienize novamente as mãos.

2.1.1 Como colocar e retirar máscara de proteção respiratória

- 1- Colocar a máscara na palma da mão com os elásticos caídos livremente.
- 2- Adaptar a máscara à face.
- 3- Coloque o elástico superior por trás da cabeça.
- 4- Coloque o elástico inferior ao redor do pescoço, abaixo da orelha.
- 5- Ajustar a pinça nasal realize o teste de inspiração e expiração para ajustar vazamentos.

Colocação da máscara N95

Passo 1
Coloque a máscara na palma da mão com as tiras caídas livremente.



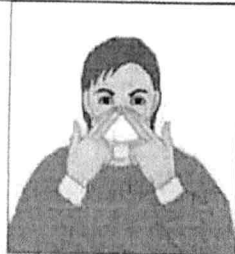
Passo 2
Coloque a máscara no seu rosto com a peça nasal para cima. Pegue a correia superior e a coloque atrás da cabeça.



Passo 3
Pegue a correia inferior e a coloque ao redor do pescoço abaixo da orelha.



Passo 4
Coloque os dois dedos de cada mão para ajustar no nariz.



Passo 5
Cubra a frente do respirador com ambas mãos procurando não alterar sua posição



AS MÁSCARAS N95 DEVEM SER SEMPRE USADAS POR UM ÚNICO USUÁRIO, PELO PERÍODO MÁXIMO DE 15 DIAS, SE BEM ACONDICIONADA, LIMPA, SECA E COM SUA VEDAÇÃO FUNCIONAL.

3) USO DE LUVAS DE PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS: no contexto da epidemia da COVID-19 deve ser usada para qualquer contato com o paciente ou seu entorno (precaução de contato). Quando o procedimento a ser realizado no paciente exigir **técnica asséptica**, devem ser utilizadas **luvas estéreis (de procedimento cirúrgico)**.

a) As luvas devem ser **colocadas imediatamente antes da assistência** ao paciente e após a higienização das mãos.

b) As luvas devem ser **removidas imediatamente após a assistência** ao paciente e descartadas como resíduo infectante. Após a retirada e o descarte da luva, o profissional deve higienizar as mãos.

c) Nunca tocar desnecessariamente superfícies e materiais (telefones, maçanetas, portas e outros), enquanto estiver com luvas.

d) Não lavar ou usar novamente o mesmo par de luvas. As luvas nunca devem ser reutilizadas.

e) O uso de luvas não substitui a higiene das mãos.

f) Não devem ser utilizadas duas luvas para o atendimento dos pacientes. Esta ação não garante mais segurança à assistência.

g) Realizar a higiene das mãos imediatamente após a retirada das luvas.

h) Atentar para a técnica correta de remoção de luvas a fim de evitar a contaminação das mãos:

- a- Retire as luvas puxando a primeira pelo lado externo do punho com os dedos da mão oposta.
 - b- Segure a luva removida com a outra mão enluvada.
 - c- Toque a parte interna do punho da mão enluvada com o dedo indicador oposto (sem luvas) e retire a outra luva.

4) USO DO PROTETOR OCULAR OU PROTETOR OCULAR DE SOBREPOR OU PROTETOR DE FACE (FACE SHIELD). Os óculos de proteção ou os protetores faciais, que cubram a frente e os lados do rosto, devem ser utilizados quando houver risco de exposição do profissional a respingos de sangue, secreções corporais e excreções. Após o seu uso, realizar limpeza com água e sabão e posterior desinfecção com álcool líquido 70%.

5) USO DO AVENTAL: será utilizado por profissionais no momento do exame físico como precaução de contato ou em risco de exposição a aerossóis, secreções corporais, sangue e excreções, além de situações de transporte de pacientes. Após a remoção do avental deve-se

[Handwritten signature]



realizar a higiene das mãos para evitar a transmissão dos vírus para o profissional, os pacientes e o ambiente.

6) USO DO GORRO: deve ser usado para a proteção dos cabelos e da cabeça dos profissionais no momento do exame físico como precaução de contato ou em risco de exposição a aerossóis, secreções corporais, sangue e excreções, além de situações de transporte de pacientes. Deve ser de material descartável e removido após o turno ou em caso de exposição a agentes contaminantes e/ou úmidos.

OBSERVAR A CORRETA SEQUÊNCIA DE COLOCAÇÃO DOS EPIS (AVENTAL, MÁSCARA, GORRO, ÓCULOS E LUVAS):

Colocação: higienização das mãos > avental > máscara > gorro > óculos > luvas

Retirada: Avental e luvas > higienização das mãos > óculos > gorro > higienização das mãos > máscara (evitar tocar na parte anterior da máscara) > higienização das mãos

7) RESUMO: TIPOS RECOMENDADOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL NO CONTEXTO DO COVID-19, DE ACORDO COM O TIPO DE AMBIENTE, PESSOA ALVO E TIPO DE ATIVIDADE

Tipo de cenário	Pessoa-alvo do cenário	Tipo de atividade	Tipo de EPI
Instalações de saúde/ambulatoriais/serviços de urgência e emergência			
Sala de consultas	Profissionais da saúde	Exame físico de pacientes com sintomas respiratórios	Máscara cirúrgica Avental Luvas Proteção ocular Gorro
	Pacientes com sintomas respiratórios	Qualquer tipo	Máscara cirúrgica
	Pacientes sem sintomas respiratórios	Qualquer	Sem EPI requerido
	Profissionais de higiene e limpeza*	Depois/Entre consultas de pacientes com sintomas respiratórios	Máscara cirúrgica Avental Gorro Luvas de trabalho pesado Proteção ocular (se houver risco de respingo de materiais orgânicos ou químicos) Botas ou sapatos de trabalho fechados
Sala de espera	Pacientes com sintomas respiratórios	Qualquer	Máscara cirúrgica Priorizar atendimento Transferência imediata da pessoa para área separada ou, minimamente, distância espacial de pelo menos 1,5 m de outros pacientes



	Pacientes sem sintomas respiratórios	Qualquer	Sem EPI requerido
Áreas administrativas	Todos os funcionários, incluindo profissionais da saúde	Tarefas administrativas	Sem EPI requerido
Pontos de entrada			
Recepção	Profissionais da saúde	Escuta sem contato direto com o paciente	Distância espacial de pelo menos 1 metro Sem EPI requerido
Área da triagem	Profissionais da saúde	Triagem com contato direto com o paciente**	Máscara cirúrgicas Avental Gorro Óculos de proteção Luvas
	Profissionais da higiene e limpeza	Quando limpando a área onde pacientes com febre estão em processo de triagem	Máscara cirúrgicas Avental Gorro Luvas de trabalho pesado proteção ocular (se houver risco de respingo de matéria orgânica ou química) Botas ou sapatos de trabalho fechados
Área de isolamento temporário	Profissionais de saúde	Provendo assistência ao paciente	Máscaras cirúrgicas Avental Gorro Luvas Proteção ocular
	Profissionais da higienização e limpeza	Quando limpando a área de isolamento	Máscara cirúrgicas Avental Gorro Luvas de trabalho pesado proteção ocular (se houver risco de matéria orgânica ou química) Botas ou sapatos de trabalho fechados
Ambulância/Veículo de transporte	Profissionais da saúde	Transporte de pacientes com sintomas respiratórios	Máscara cirúrgicas Avental Gorro Luvas Proteção ocular
		Quando o transporte do paciente se dá em veículo de compartimento isolado para o motorista	Distância de pelo menos 1 metro Sem EPI requerido
	Motorista	Ao dar assistência no embarque do paciente suspeito de portar	Máscara cirúrgicas Avental Gorro Luvas Proteção ocular
		Sem contato direto com o paciente, mas não há separação entre o cabine do motorista e o compartimento do paciente	Máscara cirúrgica



	Paciente suspeito	Durante o transporte para a instalação de saúde de referência	Máscara cirúrgica
--	-------------------	---	-------------------

*Disponibilizado pela Orbenk.

**Aferir pressão arterial e realizar hemoglicoteste somente em casos de extrema necessidade.

***A máscara cirúrgica deve ser substituída pela N95 em qualquer um dos cenários desde que o profissional esteja realizando procedimentos que envolvam o trato respiratório e gerem aerossóis (intubação e aspiração naso ou orotraqueal, ressuscitação cardiopulmonar, ventilação com ressuscitador manual, ventilação não invasiva, sondagem nasogástrica ou nasoentérica, exame de broncoscopia, coleta de exames em nasofaringe e orofaringe, pelos profissionais dos laboratórios de análise clínicas e afins).

Fonte: Nota Técnica Conjunta n. 02/2020 – CESP/DIVS/SUV/SES SC. Disponível em: <http://www.saude.sc.gov.br/coronavirus/arquivos/Nota_Tecnica_n_002_2020_CESP_SUV_SES_SC.pdf>.

Adaptado para o município pelas enfermeiras Maira Scaratti e Micheli Bordignon.

Revisado pela médica infectologista Carine Kolling.

Aprovado em 26 de março de 2020 pelo Grupo de Trabalho sobre Equipamentos de Proteção Individual (EPI), insumos e equipamentos para enfrentamento da emergência.

Farmacêutico Ivan Tierling
Gerente de Assistência Farmacêutica

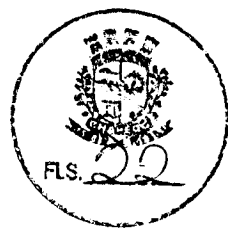
Enfermeira Lígia Schacht
Gerente de Atenção Básica

Dentista Nilton José Storgatto
Gerente de Saúde Bucal

Enfermeira Leandra Oliveira Porto
Gerente de Atenção Especializada

Enfermeira Fátima Piovesan
Gerente de Vigilância em Saúde

Wilson José Alves de Oliveira
Técnico em Segurança no Trabalho



NR 6 - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI

Publicação	D.O.U.
<u>Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978</u>	06/07/78
Alterações/Atualizações	D.O.U.
<u>Portaria SSMT n.º 05, de 07 de maio de 1982</u>	17/05/82
<u>Portaria SSMT n.º 06, de 09 de março de 1983</u>	14/03/83
<u>Portaria DSST n.º 05, de 28 de outubro de 1991</u>	30/10/91
<u>Portaria DSST n.º 03, de 20 de fevereiro de 1992</u>	21/02/92
<u>Portaria DSST n.º 02, de 20 de maio de 1992</u>	21/05/92
<u>Portaria DNSST n.º 06, de 19 de agosto de 1992</u>	20/08/92
<u>Portaria SSST n.º 26, de 29 de dezembro de 1994</u>	30/12/94
<u>Portaria SIT n.º 25, de 15 de outubro de 2001</u>	17/10/01
<u>Portaria SIT n.º 48, de 25 de março de 2003</u>	28/03/04
<u>Portaria SIT n.º 108, de 30 de dezembro de 2004</u>	10/12/04
<u>Portaria SIT n.º 191, de 04 de dezembro de 2006</u>	06/12/06
<u>Portaria SIT n.º 194, de 22 de dezembro de 2006</u>	22/12/06
<u>Portaria SIT n.º 107, de 25 de agosto de 2009</u>	27/08/09
<u>Portaria SIT n.º 125, de 12 de novembro de 2009</u>	13/11/09
<u>Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010</u>	08/12/10
<u>Portaria SIT n.º 292, de 08 de dezembro de 2011</u>	09/12/11
<u>Portaria MTE n.º 1.134, de 23 de julho de 2014</u>	24/07/14
<u>Portaria MTE n.º 505, de 16 de abril de 2015</u>	17/04/15

(Texto dado pela Portaria SIT n.º 25, de 15 de outubro de 2001)

6.1 Para os fins de aplicação desta Norma Regulamentadora - NR, considera-se Equipamento de Proteção Individual - EPI, todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho.

6.1.1 Entende-se como Equipamento Conjugado de Proteção Individual, todo aquele composto por vários dispositivos, que o fabricante tenha associado contra um ou mais riscos que possam ocorrer simultaneamente e que sejam suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho.

6.2 O equipamento de proteção individual, de fabricação nacional ou importado, só poderá ser posto à venda ou utilizado com a indicação do Certificado de Aprovação - CA, expedido pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

6.3 A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, nas seguintes circunstâncias:

- sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e do trabalho;
- enquanto as medidas de proteção coletiva estiverem sendo implantadas; e,
- para atender a situações de emergência.

6.4 Atendidas as peculiaridades de cada atividade profissional, e observado o disposto no item 6.3, o empregador deve fornecer aos trabalhadores os EPI adequados, de acordo com o disposto no ANEXO I desta NR.

6.4.1 As solicitações para que os produtos que não estejam relacionados no ANEXO I, desta NR, sejam considerados como EPI, bem como as propostas para reexame daqueles ora elencados, deverão ser avaliadas por comissão tripartite a ser constituída pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, após ouvida a CTPP, sendo as conclusões submetidas àquele órgão do Ministério do Trabalho e Emprego para aprovação.

6.5 Compete ao Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT, ouvida a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA e trabalhadores usuários, recomendar ao empregador o EPI adequado ao risco existente em determinada atividade. *(Alterado pela Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010)*

6.5.1 Nas empresas desobrigadas a constituir SESMT, cabe ao empregador selecionar o EPI adequado ao risco, mediante orientação de profissional tecnicamente habilitado, ouvida a CIPA ou, na falta desta, o designado e trabalhadores usuários. *(Alterado pela Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010)*



6.6 Responsabilidades do empregador. *(Alterado pela Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010)*

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI:

- a) adquirir o adequado ao risco de cada atividade;
- b) exigir seu uso;
- c) fornecer ao trabalhador somente o aprovado pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho;
- d) orientar e treinar o trabalhador sobre o uso adequado, guarda e conservação;
- e) substituir imediatamente, quando danificado ou extraviado;
- f) responsabilizar-se pela higienização e manutenção periódica; e,
- g) comunicar ao MTE qualquer irregularidade observada.
- h) registrar o seu fornecimento ao trabalhador, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico. *(Inserida pela Portaria SIT n.º 107, de 25 de agosto de 2009)*

6.7 Responsabilidades do trabalhador. *(Alterado pela Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010)*

6.7.1 Cabe ao empregado quanto ao EPI:

- a) usar, utilizando-o apenas para a finalidade a que se destina;
- b) responsabilizar-se pela guarda e conservação;
- c) comunicar ao empregador qualquer alteração que o torne impróprio para uso; e,
- d) cumprir as determinações do empregador sobre o uso adequado.

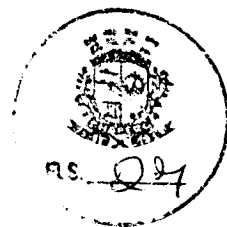
6.8 Responsabilidades de fabricantes e/ou importadores. *(Alterado pela Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010)*

6.8.1 O fabricante nacional ou o importador deverá:

- a) cadastrar-se junto ao órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho; *(Alterado pela Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010)*
- b) solicitar a emissão do CA; *(Alterado pela Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010)*
- c) solicitar a renovação do CA quando vencido o prazo de validade estipulado pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde do trabalho; *(Alterado pela Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010)*
- d) requerer novo CA quando houver alteração das especificações do equipamento aprovado; *(Alterado pela Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010)*
- e) responsabilizar-se pela manutenção da qualidade do EPI que deu origem ao Certificado de Aprovação - CA;
- f) comercializar ou colocar à venda somente o EPI, portador de CA;
- g) comunicar ao órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho quaisquer alterações dos dados cadastrais fornecidos;
- h) comercializar o EPI com instruções técnicas no idioma nacional, orientando sua utilização, manutenção, restrição e demais referências ao seu uso;
- i) fazer constar do EPI o número do lote de fabricação; e,
- j) providenciar a avaliação da conformidade do EPI no âmbito do SINMETRO, quando for o caso;
- k) fornecer as informações referentes aos processos de limpeza e higienização de seus EPI, indicando quando for o caso, o número de higienizações acima do qual é necessário proceder à revisão ou à substituição do equipamento, a fim de garantir que os mesmos mantenham as características de proteção original. *(Inserido pela Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010)*

6.8.1.1 Os procedimentos de cadastramento de fabricante e/ou importador de EPI e de emissão e/ou renovação de CA devem atender os requisitos estabelecidos em Portaria específica. *(Inserido pela Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010)*

6.9 Certificado de Aprovação - CA



6.9.1 Para fins de comercialização o CA concedido aos EPI terá validade:

(Alterado pela Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010)

- a) de 5 (cinco) anos, para aqueles equipamentos com laudos de ensaio que não tenham sua conformidade avaliada no âmbito do SINMETRO;
- b) do prazo vinculado à avaliação da conformidade no âmbito do SINMETRO, quando for o caso.

6.9.2 O órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, quando necessário e mediante justificativa, poderá estabelecer prazos diversos daqueles dispostos no subitem 6.9.1.

6.9.3 Todo EPI deverá apresentar em caracteres indelévels e bem visíveis, o nome comercial da empresa fabricante, o lote de fabricação e o número do CA, ou, no caso de EPI importado, o nome do importador, o lote de fabricação e o número do CA.

6.9.3.1 Na impossibilidade de cumprir o determinado no item 6.9.3, o órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho poderá autorizar forma alternativa de gravação, a ser proposta pelo fabricante ou importador, devendo esta constar do CA.

6.10 *(Excluído pela Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010)*

6.10.1 *(Excluído pela Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010)*

6.11 Da competência do Ministério do Trabalho e Emprego / MTE

6.11.1 Cabe ao órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho:

- a) cadastrar o fabricante ou importador de EPI;
- b) receber e examinar a documentação para emitir ou renovar o CA de EPI;
- c) estabelecer, quando necessário, os regulamentos técnicos para ensaios de EPI;
- d) emitir ou renovar o CA e o cadastro de fabricante ou importador;
- e) fiscalizar a qualidade do EPI;
- f) suspender o cadastramento da empresa fabricante ou importadora; e
- g) cancelar o CA.

6.11.1.1 Sempre que julgar necessário o órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, poderá requisitar amostras de EPI, identificadas com o nome do fabricante e o número de referência, além de outros requisitos.

6.11.2. Cabe ao órgão regional do MTE:

- a) fiscalizar e orientar quanto ao uso adequado e a qualidade do EPI;
- b) recolher amostras de EPI; e,
- c) aplicar, na sua esfera de competência, as penalidades cabíveis pelo descumprimento desta NR.

6.12 e Subitens

(Revogados pela Portaria SIT n.º 125, de 12 de novembro de 2009)

ANEXO I

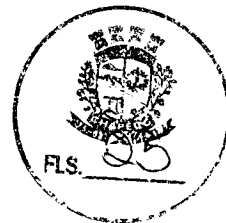
LISTA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

(Alterado pela Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010)

A - EPI PARA PROTEÇÃO DA CABEÇA

A.1 - Capacete

- a) capacete para proteção contra impactos de objetos sobre o crânio;
- b) capacete para proteção contra choques elétricos;
- c) capacete para proteção do crânio e face contra agentes térmicos.



A.2 - Capuz ou balaclava

- a) capuz para proteção do crânio e pescoço contra riscos de origem térmica;
- b) capuz para proteção do crânio, face e pescoço contra agentes químicos;
(Alterada pela Portaria MTE n.º 505, de 16 de abril de 2015)
- c) capuz para proteção do crânio e pescoço contra agentes abrasivos e escoriantes;
- d) capuz para proteção da cabeça e pescoço contra umidade proveniente de operações com uso de água.
(Inserida pela Portaria MTE n.º 505, de 16 de abril de 2015)

B - EPI PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS E FACE

B.1 - Óculos

- a) óculos para proteção dos olhos contra impactos de partículas volantes;
- b) óculos para proteção dos olhos contra luminosidade intensa;
- c) óculos para proteção dos olhos contra radiação ultravioleta;
- d) óculos para proteção dos olhos contra radiação infravermelha;
- e) óculos de tela para proteção limitada dos olhos contra impactos de partículas volantes.
(Inserida pela Portaria MTE n.º 1.134, de 23 de julho de 2014)

B.2 - Protetor facial

- a) protetor facial para proteção da face contra impactos de partículas volantes;
- b) protetor facial para proteção da face contra radiação infravermelha;
- c) protetor facial para proteção dos olhos contra luminosidade intensa;
- d) protetor facial para proteção da face contra riscos de origem térmica;
- e) protetor facial para proteção da face contra radiação ultravioleta.

B.3 - Máscara de Solda

- a) máscara de solda para proteção dos olhos e face contra impactos de partículas volantes, radiação ultra-violeta, radiação infra-vermelha e luminosidade intensa.

C - EPI PARA PROTEÇÃO AUDITIVA

C.1 - Protetor auditivo

- a) protetor auditivo circum-auricular para proteção do sistema auditivo contra níveis de pressão sonora superiores ao estabelecido na NR-15, Anexos n.º 1 e 2;
- b) protetor auditivo de inserção para proteção do sistema auditivo contra níveis de pressão sonora superiores ao estabelecido na NR-15, Anexos n.º 1 e 2;
- c) protetor auditivo semi-auricular para proteção do sistema auditivo contra níveis de pressão sonora superiores ao estabelecido na NR-15, Anexos n.º 1 e 2.

D - EPI PARA PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA

D.1 - Respirador purificador de ar não motorizado:

- a) peça semifacial filtrante (PFF1) para proteção das vias respiratórias contra poeiras e névoas;



- b) peça semifacial filtrante (PFF2) para proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas e fumos;
- c) peça semifacial filtrante (PFF3) para proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas, fumos e radionuclídeos;
- d) peça um quarto facial, semifacial ou facial inteira com filtros para material particulado tipo P1 para proteção das vias respiratórias contra poeiras e névoas; e ou P2 para proteção contra poeiras, névoas e fumos; e ou P3 para proteção contra poeiras, névoas, fumos e radionuclídeos;
- e) peça um quarto facial, semifacial ou facial inteira com filtros químicos e ou combinados para proteção das vias respiratórias contra gases e vapores e ou material particulado.

D.2 - Respirador purificador de ar motorizado:

- a) sem vedação facial tipo touca de proteção respiratória, capuz ou capacete para proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas, fumos e radionuclídeos e ou contra gases e vapores;
- b) com vedação facial tipo peça semifacial ou facial inteira para proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas, fumos e radionuclídeos e ou contra gases e vapores.

D.3 - Respirador de adução de ar tipo linha de ar comprimido:

- a) sem vedação facial de fluxo contínuo tipo capuz ou capacete para proteção das vias respiratórias em atmosferas com concentração de oxigênio maior que 12,5%;
- b) sem vedação facial de fluxo contínuo tipo capuz ou capacete para proteção das vias respiratórias em operações de jateamento e em atmosferas com concentração de oxigênio maior que 12,5%;
- c) com vedação facial de fluxo contínuo tipo peça semifacial ou facial inteira para proteção das vias respiratórias em atmosferas com concentração de oxigênio maior que 12,5%;
- d) de demanda com pressão positiva tipo peça semifacial ou facial inteira para proteção das vias respiratórias em atmosferas com concentração de oxigênio maior que 12,5%;
- e) de demanda com pressão positiva tipo peça facial inteira combinado com cilindro auxiliar para proteção das vias respiratórias em atmosferas com concentração de oxigênio menor ou igual que 12,5%, ou seja, em atmosferas Imediatamente Perigosas à Vida e a Saúde (IPVS).

D.4 - RESPIRADOR DE ADUÇÃO DE AR TIPO MÁSCARA AUTONOMA

- a) de circuito aberto de demanda com pressão positiva para proteção das vias respiratórias em atmosferas com concentração de oxigênio menor ou igual que 12,5%, ou seja, em atmosferas Imediatamente Perigosas à Vida e a Saúde (IPVS);
- b) de circuito fechado de demanda com pressão positiva para proteção das vias respiratórias em atmosferas com concentração de oxigênio menor ou igual que 12,5%, ou seja, em atmosferas Imediatamente Perigosas à Vida e a Saúde (IPVS).

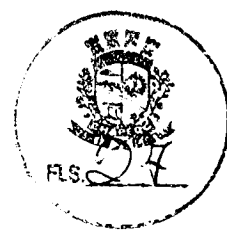
D.5 - Respirador de fuga

- a) respirador de fuga tipo bocal para proteção das vias respiratórias contra gases e vapores e ou material particulado em condições de escape de atmosferas Imediatamente Perigosas à Vida e a Saúde (IPVS).

E - EPI PARA PROTEÇÃO DO TRONCO

E.1 - Vestimentas

- a) vestimentas para proteção do tronco contra riscos de origem térmica;
- b) vestimentas para proteção do tronco contra riscos de origem mecânica;
- c) vestimentas para proteção do tronco contra agentes químicos;
(Alterada pela Portaria MTE n.º 505, de 16 de abril de 2015)



- d) vestimentas para proteção do tronco contra riscos de origem radioativa;
- e) vestimentas para proteção do tronco contra riscos de origem meteorológica;
- f) vestimentas para proteção do tronco contra umidade proveniente de operações com uso de água.

E.2 - Colete à prova de balas de uso permitido para vigilantes que trabalhem portando arma de fogo, para proteção do tronco contra riscos de origem mecânica.

F - EPI PARA PROTEÇÃO DOS MEMBROS SUPERIORES

F.1 - Luvas

- a) luvas para proteção das mãos contra agentes abrasivos e escoriantes;
- b) luvas para proteção das mãos contra agentes cortantes e perfurantes;
- c) luvas para proteção das mãos contra choques elétricos;
- d) luvas para proteção das mãos contra agentes térmicos;
- e) luvas para proteção das mãos contra agentes biológicos;
- f) luvas para proteção das mãos contra agentes químicos;
- g) luvas para proteção das mãos contra vibrações;
- h) luvas para proteção contra umidade proveniente de operações com uso de água;
- i) luvas para proteção das mãos contra radiações ionizantes.

F.2 - Creme protetor

- a) creme protetor de segurança para proteção dos membros superiores contra agentes químicos.

F.3 - Manga

- a) manga para proteção do braço e do antebraço contra choques elétricos;
- b) manga para proteção do braço e do antebraço contra agentes abrasivos e escoriantes;
- c) manga para proteção do braço e do antebraço contra agentes cortantes e perfurantes;
- d) manga para proteção do braço e do antebraço contra umidade proveniente de operações com uso de água;
- e) manga para proteção do braço e do antebraço contra agentes térmicos;
- f) manga para proteção do braço e do antebraço contra agentes químicos.
(Inserida pela Portaria MTE n.º 505, de 16 de abril de 2015)

F.4 - Braçadeira

- a) braçadeira para proteção do antebraço contra agentes cortantes;
- b) braçadeira para proteção do antebraço contra agentes escoriantes.

F.5 - Dedeira

- a) dedeira para proteção dos dedos contra agentes abrasivos e escoriantes.

G - EPI PARA PROTEÇÃO DOS MEMBROS INFERIORES



G.1 - Calçado

- a) calçado para proteção contra impactos de quedas de objetos sobre os artelhos;
- b) calçado para proteção dos pés contra agentes provenientes de energia elétrica;
- c) calçado para proteção dos pés contra agentes térmicos;
- d) calçado para proteção dos pés contra agentes abrasivos e escoriantes;
- e) calçado para proteção dos pés contra agentes cortantes e perfurantes;
- f) calçado para proteção dos pés e pernas contra umidade proveniente de operações com uso de água;
- g) calçado para proteção dos pés e pernas contra agentes químicos.
(Alterada pela Portaria MTE n.º 505, de 16 de abril de 2015)

G.2 - Meia

- a) meia para proteção dos pés contra baixas temperaturas.

G.3 - Perneira

- a) perneira para proteção da perna contra agentes abrasivos e escoriantes;
- b) perneira para proteção da perna contra agentes térmicos;
- c) perneira para proteção da perna contra agentes químicos;
(Alterada pela Portaria MTE n.º 505, de 16 de abril de 2015)
- d) perneira para proteção da perna contra agentes cortantes e perfurantes;
- e) perneira para proteção da perna contra umidade proveniente de operações com uso de água.

G.4 - Calça

- a) calça para proteção das pernas contra agentes abrasivos e escoriantes;
- b) calça para proteção das pernas contra agentes químicos;
(Alterada pela Portaria MTE n.º 505, de 16 de abril de 2015)
- c) calça para proteção das pernas contra agentes térmicos;
- d) calça para proteção das pernas contra umidade proveniente de operações com uso de água.

H - EPI PARA PROTEÇÃO DO CORPO INTEIRO

H.1 - Macacão

- a) macacão para proteção do tronco e membros superiores e inferiores contra agentes térmicos;
- b) macacão para proteção do tronco e membros superiores e inferiores contra agentes químicos;
(Alterada pela Portaria MTE n.º 505, de 16 de abril de 2015)
- c) macacão para proteção do tronco e membros superiores e inferiores contra umidade proveniente de operações com uso de água.

H.2 - Vestimenta de corpo inteiro

- a) vestimenta para proteção de todo o corpo contra riscos de origem química;
(Alterada pela Portaria MTE n.º 505, de 16 de abril de 2015)
- b) vestimenta para proteção de todo o corpo contra umidade proveniente de operações com água;



c) vestimenta condutiva para proteção de todo o corpo contra choques elétricos.

I - EPI PARA PROTEÇÃO CONTRA QUEDAS COM DIFERENÇA DE NÍVEL

(Alterado pela Portaria SIT n.º 292, de 08 de dezembro de 2011)

I.1 - CINTURÃO DE SEGURANÇA COM Dispositivo trava-queda

a) cinturão de segurança com dispositivo trava-queda para proteção do usuário contra quedas em operações com movimentação vertical ou horizontal.

I.2 - Cinturão DE SEGURANÇA COM TALABARTE

a) cinturão de segurança COM TALABARTE para proteção do usuário contra riscos de queda em trabalhos em altura;

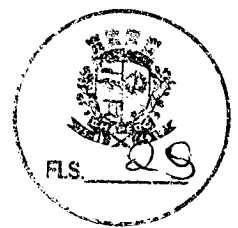
b) cinturão de segurança COM TALABARTE para proteção do usuário contra riscos de queda no posicionamento em trabalhos em altura.

ANEXO II

(Excluído pela Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010)

ANEXO III

(Excluído pela Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010)



Nota Técnica Nº. 02/2020 – CESP/SUV/SES SC

Assunto: ORIENTAÇÃO SOBRE O CORRETO USO DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI'S) – MÁSCARAS E OUTROS - PELOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DURANTE ASSISTÊNCIA AOS CASOS CONFIRMADOS OU SUSPEITOS DE COVID-19.

A COORDENAÇÃO ESTADUAL DE SEGURANÇA DO PACIENTE (CESP) vinculada à Superintendência de Vigilância em Saúde (SUV) da Secretaria de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Portaria SES nº 178, de 11 de março de 2020;

CONSIDERANDO a declaração de Emergência em Saúde Pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19) e suas recomendações para prevenção da propagação;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO as recomendações da OMS, divulgadas em 27 de fevereiro de 2020, para prevenir a propagação do novo coronavírus (COVID-19) **no ambiente de trabalho**;

CONSIDERANDO a classificação pela OMS, no dia 11 de março de 2020, como pandemia do novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à Saúde Pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus SARS-coV-2, que seus sintomas mais comuns são: febre, tosse seca e dificuldade para



respirar, os quais aparecem gradualmente e geralmente são leves; e que sua transmissão costuma ocorrer **no contato com infectados, por meio de secreções, como gotículas de saliva.**

CONSIDERANDO a NR 6 - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI em que define EPI como “todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho”, que para tanto são essenciais informações claras sobre o seu uso.

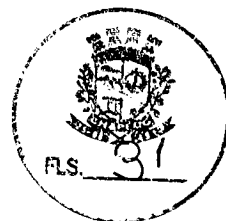
● **CONSIDERANDO** que os protocolos elaborados para o atendimento da população nas situações relacionadas ao coronavírus preconizam o uso de **EPI no atendimento dos pacientes sintomáticos**, isto é, daqueles que apresentam febre, tosse, dificuldade de respirar e sintomas gripais, ou seja, o uso de EPI como item de **medida de precaução de contato e por gotículas.**

CONSIDERANDO que para **procedimentos que envolvam a via respiratória do paciente** e são **geradores de aerossóis**, a exemplo da intubação e da aspiração de secreções, deve-se utilizar EPI específico como item de **medida de precaução por aerossóis.**

● **CONSIDERANDO** a grande demanda por EPI pelos serviços de saúde em todo o território nacional, e que para tanto é necessário considerar seu **uso racional** quanto aos tipos recomendados de EPI no contexto do COVID-19, de acordo com o **tipo de ambiente, pessoa alvo e tipo de atividade.**

A Coordenação Estadual de Segurança do Paciente (CESP), acerca das notícias veiculadas em diversos meios de comunicação sobre a metodologia e as indicações de uso dos equipamentos de proteção individual (EPIs) pelos profissionais de saúde durante o atendimento dos casos suspeitos e/ou confirmados de COVID-19, **ORIENTA:**

- **USO DA MÁSCARA CIRÚRGICA** deve ocorrer pelo profissional de saúde em uma área de assistência ao prestar cuidados aos pacientes sintomáticos com a



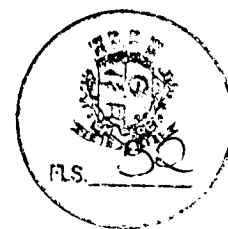
manutenção do distanciamento mínimo do paciente de 1 metro, cobrindo a boca e o nariz do profissional para evitar a contaminação por gotículas respiratórias. A fixação deve ser feita por tiras ou elásticos.

PARA A COVID-19, EM SITUAÇÕES ONDE NÃO HOUVER PROCEDIMENTOS GERADORES DE AEROSSÓIS, DEVE-SE UTILIZAR MÁSCARA CIRÚRGICA PARA O PACIENTE SUSPEITO E/OU CONFIRMADO E PARA O PROFISSIONAL QUE O ASSISTE, ALÉM DAS DEMAIS MEDIDAS DE PRECAUÇÃO NECESSÁRIAS. NESTES CASOS NÃO É RECOMENDADO O USO DE MÁSCARAS N95.

- **MATERIAL DA MÁSCARA CIRÚRGICA** deve ser de material “tecido não tecido” (TNT), possuir no mínimo uma camada interna e uma camada externa e obrigatoriamente um elemento filtrante.
- **USO DA MÁSCARA N95 OU PFF2**, segundo NBR 13.698/2011, deve ocorrer exclusivamente pelo profissional para atendimento a pacientes com doenças do trato respiratório transmitida por aerossol ou procedimentos que envolvam o trato respiratório e gerem aerossóis (intubação e aspiração naso ou orotraquel, ressuscitação cardiopulmonar, ventilação com ressuscitador manual, ventilação não invasiva, exame de broncoscopia, coleta de exames em nasofaringe e orofaringe, pelos profissionais dos laboratórios de análise clínicas e afins), por conta da sua eficiência de filtragem para partículas menores que 0,3 µm.

MÁSCARA N95 E PFF2 SÃO DE USO EXCLUSIVO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE NA ASSISTÊNCIA A PACIENTES COM INDICAÇÃO DE PRECAUÇÃO POR AEROSSOL OU DURANTE PROCEDIMENTOS GERADORES DE AEROSSÓIS.

- **USO DE ABORDAGENS PARA CONSERVAÇÃO DOS EPI's E PROTEÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE NUMA SITUAÇÃO DE RISCO DE DESABASTECIMENTO DESSE INSUMO EM CASOS DE PANDEMIAS.** Segundo o CDC, tais abordagens estão limitadas às máscaras N95, mesmo assim, essas máscaras devem ser descartadas antes que se tornem um risco significativo



de transmissão cruzada e/ou que sua funcionalidade seja reduzida.

- **POSSÍVEL USO PROLONGADO DA MESMA MÁSCARA N95 PARA ATENDIMENTO DE MAIS DE UM PACIENTE, DESDE QUE SEM REMOÇÃO ENTRE OS ATENDIMENTOS.** Essa estratégia pode ser implementada quando vários pacientes são infectados pelo mesmo patógeno infeccioso; quando estes pacientes estão alocados em uma área específica definida pelo serviço de saúde para evitar que o profissional de saúde circule em áreas comuns usando o EPI; quando usado barreiras adicionais que impeçam a contaminação grosseira da máscara N95, como o uso de protetor facial ou, na falta deste último, o uso de **máscara cirúrgica sobre a máscara N95.**

NUNCA USAR A MÁSCARA CIRÚRGICA ABAIXO DA N95, POIS IMPEDE A ADEQUADA VEDAÇÃO AO ROSTO. NÃO USAR MAQUIAGENS OU BARBA QUE CAUSAM A CONTAMINAÇÃO APARENTE OU DIFICULTAM A VEDAÇÃO ADEQUADA DA MÁSCARA.

- **AVALIAÇÃO DA FUNCIONALIDADE DA MÁSCARA N95 OU PFF2, DURANTE SEU USO PROLONGADO.** Avaliar a adequada vedação e filtragem, e seguir as recomendações dos fabricantes quanto à manutenção da integridade da mesma. Na presença de alterações, como umidade e perda de vedação, deverá descartá-la e substituí-la por outra.
- **POSSÍVEL REUTILIZAÇÃO DA MÁSCARA N95 ENTRE OS ATENDIMENTOS, PORÉM, RISCOS DEVEM SER CONSIDERADOS.** No caso de epidemias respiratórias, existem restrições para sua reutilização como o limite de vezes de reutilização e forma de utilização, principalmente no que diz respeito à sua efetividade e possibilidade de contaminação. Ressalta-se que essa **reutilização seja limitada**, apesar de não se ter definido qual esse número, deve sempre ser levado o protocolo estabelecido pela CCIH do estabelecimento de saúde.
- **IDENTIFICAÇÃO DO EPI (MÁSCARA N95 OU PFF2) EM CASO DE SUA**



REUTILIZAÇÃO ENTRE ATENDIMENTOS. Entre os usos, idealmente, a máscara deve ser identificada com o nome do profissional e armazenada em recipientes preferencialmente descartáveis ou laváveis após cada uso (a exemplo dos sacos de papel ou a própria embalagem da máscara), sendo mantida acondicionada em local próprio para a guarda de EPI. O local de armazenamento deve ser escolhido de modo a garantir que não exista contato entre os recipientes das máscaras de cada profissional.

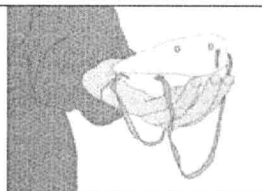
- **TREINAMENTO PERMANENTE SOBRE O MANUSEIO DO EPI, INCLUINDO A COLOCAÇÃO E A RETIRADA ADEQUADA DAS MÁSCARAS.** Se possível colocar lembretes para que o profissional evite tocar nas máscaras durante seu uso. Quando ocorrer o toque na máscara N95 ou PFF2, o profissional deverá retirar as luvas e higienizar as mãos devido ao toque. Todos os **membros das equipes de respostas rápidas devem ser treinados** em como realizar a higiene das mãos e como colocar e remover EPI sem se contaminar.
- **COMO COLOCAR E RETIRAR MÁSCARA DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA:**
 - 1- Colocar a máscara na palma da mão com os elásticos caídos livremente;
 - 2- Adaptar a máscara a face;
 - 3- Coloque o elástico superior por trás da cabeça;
 - 4- Coloque o elástico inferior ao redor do pescoço, abaixo da orelha; e
 - 5- Ajustar a pinça nasal realize o teste de inspiração e expiração para ajustar vazamentos.

Assista ao vídeo de colocação e retirada do EPI - Anvisa:
https://youtu.be/G_tU7nvD5BI



Colocação da máscara N95

Passo 1
Coloque a máscara na palma da mão com as tiras caídas livremente.



Passo 2
Coloque a máscara no seu rosto com a peça nasal para cima. Pegue a correia superior e a coloque atrás da cabeça.



Passo 3
Pegue a correia inferior e a coloque ao redor do pescoço abaixo da orelha.



Passo 4
Coloque os dois dedos de cada mão para ajustar no nariz.



Passo 5
Cubra a frente do respirador com ambas as mãos procurando não alterar sua posição

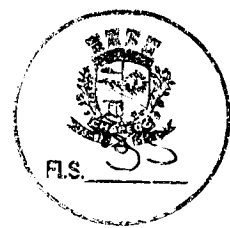


- **CUIDADOS DURANTE O MANEJO DA MÁSCARA N95.** Para guardar a máscara no envelope após a retirada, o profissional deverá evitar tocar a face externa da máscara. Caso seja necessário o toque, fazê-lo após a retirada das luvas e higiene das mãos, ou para acondicionar a máscara no recipiente de armazenamento. Neste momento, para garantir que a parte interna da máscara não seja contaminada, estar atento para não haver toque na área interna da mesma.
- **CUIDADOS AO VESTIR A MÁSCARA N95 PREVIAMENTE USADA.** Higienize as mãos, coloque a máscara, ajuste-a adequadamente ao rosto para vedação e, ao final do procedimento, higienize novamente as mãos.

AS MÁSCARAS N95 DEVEM SER SEMPRE USADAS POR UM ÚNICO USUÁRIO, PELO PERÍODO MÁXIMO DE 15 DIAS, SE BEM ACONDICIONADA, LIMPA, SECA E COM SUA VEDAÇÃO FUNCIONAL.**

****PARA AUMENTAR A VIDA ÚTIL DA MÁSCARA, SUGERE-SE O USO DE PROTETOR FACIAL OU MÁSCARA CIRÚRGICA SOBREPOSTA À MÁSCARA N95.**

- **USO DE LUVAS DE PROCEDIMENTOS NÃO CIRÚRGICOS**, no contexto da epidemia da COVID-19, é **para qualquer contato com o paciente ou seu entorno**



(Precaução de Contato). Quando o procedimento a ser realizado no paciente exigir **técnica asséptica**, devem ser utilizadas **luvas estéreis (de procedimento cirúrgico)**.

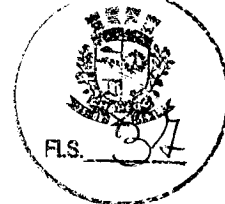
• **RECOMENDAÇÕES QUANTO AO USO DE LUVAS POR PROFISSIONAIS DE SAÚDE:**

- 1- As luvas de procedimento devem ser usadas pelos profissionais de saúde sempre que tiver risco de exposição a material biológico e em pacientes que estão em precaução de contato;
- 2- As luvas devem ser **colocadas imediatamente antes da assistência** ao paciente e após a higienização das mãos;
- 3- As luvas devem ser **removidas imediatamente após a assistência** ao paciente, ainda dentro do quarto ou área de isolamento e descartadas como resíduo infectante para os pacientes em precaução de contato ou quando sujas com grande quantidade de material biológico. Após a retirada e o descarte da luva o profissional, higienizar as mãos;
- 4- Nunca toque desnecessariamente superfícies e materiais (telefones, maçanetas, portas e outros), enquanto estiver com luvas;
- 5- Não lavar ou usar novamente o mesmo par de luvas. **As luvas nunca devem ser reutilizadas;**
- 6- **O uso de luvas não substitui a higiene das mãos;**
- 7- **Não devem ser utilizadas duas luvas** para o atendimento dos pacientes. Esta ação não garante mais segurança à assistência;
- 8- **Realizar a higiene das mãos imediatamente após a retirada das luvas; e**
- 9- Atentar para a **técnica correta de remoção de luvas** a fim de evitar a contaminação das mãos:

- | |
|---|
| <ol style="list-style-type: none">a- Retire as luvas puxando a primeira pelo lado externo do punho com os dedos da mão oposta.b- Segure a luva removida com a outra mão enluvada.c- Toque a parte interna do punho da mão enluvada com o dedo indicador oposto (sem luvas) e retire a outra luva. |
|---|



- **USO DO PROTETOR OCULAR OU PROTETOR OCULAR DE SOBREPOR OU PROTETOR DE FACE (FACE SHIELD).** Os óculos de proteção ou os protetores faciais, que cubram a frente e os lados do rosto, **devem ser de uso exclusivo do profissional e utilizados quando houver risco de exposição do profissional a respingos de sangue, secreções corporais e excreções.** Após o seu uso, realizar limpeza com água e sabão e posterior desinfecção com álcool líquido 70%, hipoclorito de sódio ou outro desinfetante recomendado pelo fabricante.
- **USO DO CAPOTE OU AVENTAL DE GRAMATURA MÍNIMA DE 30g/m², de mangas longas, punho de malha ou elástico e abertura posterior** para evitar a contaminação da pele e da roupa do profissional. O profissional deve avaliar a necessidade do uso de capote ou avental impermeável (estrutura impermeável e gramatura mínima de 50 g/m²) a depender do quadro clínico do paciente (vômitos, diarreia, hipersecreção orotraqueal, sangramento, etc).
- **MATERIAL DO CAPOTE OU AVENTAL** deve ser de boa qualidade, atóxico, hidro/hemorrepelente, hipoalérgico, com baixo desprendimento de partículas e resistente, proporcionar barreira antimicrobiana efetiva sob o “Teste de Eficiência de Filtração Bacteriológica – BFE” e permitir a execução de atividades com conforto e estar disponível em vários tamanhos.
- **REMOÇÃO E DESCARTE DO CAPOTE OU AVENTAL COMO RESÍDUO INFECTANTE** após a realização do procedimento e antes de sair do quarto do paciente ou da área de assistência. Após a remoção do capote deve-se realizar a higiene das mãos para evitar a transmissão dos vírus para o profissional, os pacientes e o ambiente. **Assista ao vídeo de colocação e retirada do EPI - Anvisa: https://youtu.be/G_tU7nvD5BI**
- **USO DO GORRO** para a proteção dos cabelos e cabeça dos profissionais **em procedimentos que podem gerar aerossóis.** Deve ser de material descartável e removido após o uso.
- **OBSERVAR A CORRETA SEQUÊNCIA DE COLOCAÇÃO DOS EPIs (CAPOTE/**



AVENTAL, MÁSCARA, GORRO, ÓCULOS E LUVAS):

COLOCAÇÃO	RETIRADA
1- HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS	1- LUVAS
2- CAPOTE/AVENTAL	2- HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS
3- MÁSCARA	3- CAPOTE/AVENTAL
4- GORRO	4- HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS
5- ÓCULOS	5- GORRO
6- LUVAS	6- ÓCULOS
	7- MÁSCARA
	8- HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS



Por fim, somado ao **uso apropriado do EPI**, lembrar sempre que: a **higiene frequente das mãos** deve ser realizada (antes e após o uso do EPI) e que o **EPI deve ser descartado em lixo infectante (saco vermelho, classe A1)** após cada uso; que o **serviço de saúde deve fornecer capacitação** para todos os profissionais de saúde (próprios ou terceirizados) para a prevenção da transmissão de agentes infecciosos; que **todos os profissionais de saúde devem ser treinados para o uso dos EPI**, inclusive os dispositivos de proteção respiratória (máscaras cirúrgicas e máscaras N95 ou equivalente); que o **serviço de saúde deve certificar de que os profissionais de saúde foram instruídos**, treinados e tenham praticado o uso apropriado dos EPI antes de cuidar de um caso suspeito ou confirmado de infecção pelo novo coronavírus, incluindo a atenção ao uso correto de EPI, teste de vedação da máscara N95, quando necessário o seu uso, e a prevenção de contaminação de roupas, pele e ambiente durante o processo de remoção de tais equipamentos.

E, em tempos de surto pandêmico, é também pertinente considerar o **uso racional, técnico e estratégico dos EPIs**, no qual a demanda pelo insumo é maior do que o disponibilizado. **Para tanto, segue tabela de indicações (ANEXO 1)** de EPI para cada tipo de ambiente de atendimento, pessoa alvo e tipo de atividade a ser executada, segundo OMS (2020).

Florianópolis, 22 de março de 2020.

Christiany Zanzi

Elisângela W. Schappo

Coordenação Estadual de Segurança do Paciente - CESP/SUV/SES SC



ANEXO 1¹ - TIPOS RECOMENDADOS DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL NO CONTEXTO DO COVID-19, DE ACORDO COM O TIPO DE AMBIENTE, PESSOA ALVO E TIPO DE ATIVIDADE*

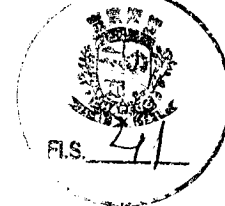
Local	Pessoa Alvo no Contexto	Tipo de Atividade	Tipo de EPI
Instalações de Saúde			
Instalações Hospitalares			
Quarto do paciente	Profissionais da saúde	Cuidado direto com o paciente	Máscara cirúrgica Capote Luvas Proteção ocular (óculos ou máscara facial)
		Procedimentos que geram aerossóis em pacientes com COVID-19	Máscara N95 ou FFP2 Capote Luvas Proteção ocular Avental
	Profissionais da higiene e limpeza	Entrada no quarto do paciente com COVID-19	Máscara cirúrgica Capote Luvas de trabalho pesado Proteção ocular (se houver risco de respingo de materiais orgânicos ou químicos) Botas ou sapatos de trabalho fechados.
	Visitantes**	Entrada no quarto do paciente com COVID-19	Máscara cirúrgica Capote Luvas
Outras áreas com trânsito do paciente (pátios, corredores)	Todos os funcionários, incluindo profissionais da saúde	Qualquer, <u>não envolvendo contato</u> com o paciente portador de COVID-19	Sem EPI requerido
Triagem	Profissionais da saúde	Triagem preliminar não envolvendo contato direto***	Distância espacial de pelo menos 1 metro Sem EPI requerido
	Paciente com sintomas respiratórios	Qualquer	Distância espacial de pelo menos 1 metro Máscara médica se tolerado
	Paciente sem sintomas respiratórios	Qualquer	Sem EPI requerido
Laboratório	Técnico de laboratório	Manipulação de amostras respiratórias	Máscara cirúrgica Capote Luvas Proteção ocular (se houver risco de respingo)
Áreas administrativas	Todos os funcionários, incluindo profissionais da saúde	Tarefas administrativas sem contato com pacientes portadores de COVID-19	Sem EPI requerido



GOVERNO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado da Saúde
Superintendência de Vigilância em Saúde
Sistema Único de Saúde



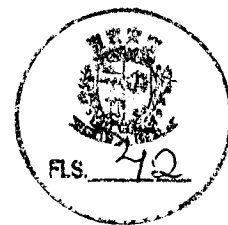
Instalações ambulatoriais			
Sala de consultas	Profissionais da saúde	Exame físico de pacientes com sintomas respiratórios	Máscara cirúrgica Capote Luvas Proteção ocular
		Exame físico de pacientes sem sintomas respiratórios	EPI de acordo com o padrão de precauções
	Pacientes com sintomas respiratórios	Qualquer tipo	Máscara cirúrgica se tolerado
	Pacientes sem sintomas respiratórios	Qualquer	Sem EPI requerido
	Profissionais da higiene e limpeza	Depois/Entre consultas de pacientes com sintomas respiratórios	Máscara cirúrgica Capote Luvas de trabalho pesado Proteção ocular (se houver risco de respingo de materiais orgânicos ou químicos) Botas ou sapatos de trabalho fechados.
Sala de espera	Pacientes com sintomas respiratórios	Qualquer	Máscara cirúrgica Transferência imediata da pessoa para uma sala de isolamento ou área separada distante de outras pessoas. Se não for viável, prover distância espacial de pelo menos 1 metro de outros pacientes.
	Pacientes sem sintomas respiratórios	Qualquer	Sem EPI requerido
Áreas administrativas	Todos os funcionários, incluindo profissionais da saúde	Tarefas administrativas	Sem EPI requerido
Triagem	Profissionais da saúde	Triagem preliminar sem envolver contato direto***	Distância espacial de pelo menos 1 metro Sem EPI requerido
	Pacientes com sintomas respiratórios	Qualquer	Distância espacial de pelo menos 1 metro Máscara médica de tolerado
	Pacientes sem sintomas respiratórios	Qualquer	Sem EPI requerido
Comunidade			
Casa	Paciente com sintomas respiratórios	Qualquer (exceto quando dormindo)	Distância espacial de pelo menos 1 metro Máscara médica se tolerado



	Cuidador	Quando entrando no quarto do paciente, mas não provendo assistência direta	Máscara cirúrgica
	Cuidador	Quando provendo assistência direta ou quando manipulando fezes, urina ou secreções do paciente portador de COVID-19.	Luvas Máscara cirúrgica Avental (se houver risco de respingos)
	Profissionais da saúde	Assistência direta ao paciente portador de COVID-19	Máscara cirúrgica Capote Luvas Proteção ocular
Áreas públicas (escolas, shoppings, estações, etc.)	Indivíduos sem sintomas respiratórios	Qualquer	Sem EPI requerido
Pontos de entrada			
Áreas administrativas	Todos os funcionários	Qualquer tipo	Sem EPI requerido
Área de triagem	Funcionários	Primeira triagem (aferição de temperatura) sem envolver contato direto***	Distância espacial de pelo menos 1 metro Sem EPI requerido
	Funcionários	Segunda triagem (entrevista com paciente apresentando sintomas de febre), sugerindo portar.	Máscara cirúrgica Luvas
		COVID-19 e com histórico de viagem.	
	Profissionais da higiene e limpeza	Quando limpando a área onde pacientes com febre estão em processo de triagem	Máscara cirúrgica Capote Luvas de trabalho pesado Proteção ocular (se houver risco de respingo de matéria orgânica ou química) Botas ou sapatos de trabalho fechados
Área de isolamento temporária	Funcionários	Quando entrando na área de isolamento, mas não provendo assistência direta	Distância espacial de pelo menos 1 metro Máscara cirúrgica
	Funcionários/Funcionários da saúde	Provendo assistência de transporte do paciente para uma instalação de saúde	Máscara cirúrgica Capote Luvas Proteção ocular



GOVERNO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado da Saúde
Superintendência de Vigilância em Saúde
Sistema Único de Saúde



	Profissionais da higienização e limpeza	Quando limpando a área de isolamento	Máscara cirúrgica Capote Luvas de trabalho pesado Proteção ocular (se houver risco de respingo de matéria orgânica ou química) Botas ou sapatos de trabalho fechados
Ambulância/ Veículo de transporte	Profissionais da saúde	Transporte de pacientes em suspeita de portar COVID-19 à instalação de saúde de referência.	Máscara cirúrgica Capote Luvas Proteção ocular
	Motorista	Quando o transporte do paciente suspeito de portar COVID-19 se dá em veículo com compartimento isolado para o motorista	Distância espacial de pelo menos 1 metro Sem EPI requerido
		Ao dar assistência no embarque do paciente suspeito de portar COVID-19	Máscara cirúrgica Capote Luvas Proteção ocular
		Sem contato direto com o paciente suspeito de portar COVID-19, mas não há separação entre a cabine do motorista e o compartimento do paciente.	Máscara cirúrgica
	Paciente suspeito de portar COVID-19	Durante o transporte para a instalação de saúde de referência	Máscara cirúrgica se tolerado
	Profissionais da higienização e limpeza	Depois/entre o transporte de pacientes com suspeita de portar COVID-19.	Máscara cirúrgica Capote Luvas de trabalho pesado Proteção ocular (se houver risco de respingo de matéria orgânica ou química) Botas ou sapatos de trabalho fechados
Considerações especiais para as equipes de respostas rápidas assistindo investigações de saúde pública ****			
Comunidade	Investigadores das Equipes de respostas Rápidas	Entrevistando pacientes suspeitos ou confirmados	Sem EPI requerido se feito remotamente (i.e.,
		de portar COVID-19 ou seus contatos	telefone ou vídeo conferência) <i>Este deve ser o método preferencial</i>



		Entrevista presencial e sem contato direto com o paciente suspeito ou confirmado de portar COVID-19	Máscara cirúrgica Distância espacial de pelo menos 1 metro <i>A entrevista deve acontecer fora de casa ou ao ar livre e os pacientes portadores de COVID-19 devem também estar vestido máscara médica.</i>
		Entrevista presencial com contatos assintomáticos do paciente portador de COVID-19	Distância espacial de pelo menos 1 metro Sem EPI requerido <i>A entrevista deve acontecer fora de casa ou ao ar livre. Se for necessário entrar na casa, confirmar usando um scanner térmico que o indivíduo não possui febre, manter distância espacial de pelo menos 1 metro e não tocar em nada no ambiente.</i>

*Em adição ao uso apropriado do EPI, a higiene frequente das mãos e respiratória deve sempre ser realizada. O EPI deve ser descartado em um container apropriado após cada uso e a higiene das mãos deve ser feita antes e após o uso de cada EPI.

**Visitantes devem ser restringidos. Se a entrada dentro do quarto do paciente portador de COVID-19 é extremamente necessária, os processos de colocar e remover o EPI e a higiene das mãos realizados pelo visitante não treinado deve ser supervisionado por um profissional da saúde.

*** Inclui termômetros sem toque, câmeras de imagem térmica, e questionamentos/observações com distância espacial de pelo menos 1 metro.

**** Todos os membros das equipes de respostas rápidas devem ser treinados em como realizar a higiene das mãos e como colocar e remover EPI sem se contaminar.

¹ Fonte: Rational use of personal protective equipment for coronavirus disease (COVID-19): interim guidance. 27 fev 2020. Geneva: **World Health Organization**; 2020.

[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 07.519.703/0001-70
Razão Social: BBC TEXTIL LTDA ME
Endereço: R CURT OTTAO GUILERME JUNGIERECK 170 E / EFAPI /
CHAPECO / SC / 89809-722

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 14/03/2020 a 11/07/2020

Certificação Número: 2020031404154914272030

Informação obtida em 15/04/2020 16:01:15

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: BBC TEXTIL LTDA
CNPJ: 07.519.703/0001-70

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:26:35 do dia 15/04/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 12/10/2020.

Código de controle da certidão: **49F7.F794.D64D.6A19**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Presidência da República
Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

Nº DO PROTOCOLO (Uso do órgão de registro)
JUCESC
JUCESC - UNIDADE DESCONCENTRADA
ITAJAI

19/654633-8

FLS. 46

Matrícula (da sede ou da filial)
 quando a sede for em outra UF)

203645418

CÓDIGO DA
 NATUREZA
 JURÍDICA

2062

Nº DE MATRÍCULA DO AGENTE
 AUXILIAR DO COMÉRCIO



REQUERIMENTO

Vº SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Requerimento: 81900000543186
 DBE analisado.
 Emitida em 25/04/2019 - V3

OME: BBC TEXTIL LTDA

Requer a V. Sª o deferimento do seguinte ato.

Nº DE VIAS	CÓD. ATO	CÓD. EVENTO	QTD	DESCRIÇÃO DO ATO/EVENTO
0	002			ALTERAÇÃO
		021	1	Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
		051	1	Consolidação de Contrato/Estatuto

HAPECO
 04/2019

Representante Legal da Empresa /Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: ORLANDO BIANCHIN

Assinatura: *Orlando Bianchin*

Telefone de contato: (49)33237100 pedro@mastercontcontabilidade.com.br

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s)

☒ SIM ☐ NÃO

Processo em ordem.
 À decisão.

NÃO 29 ABR. 2019

Data

☐ NÃO

Data

Responsável

Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

29 ABR 2019
 Processo em exigência
 (Vide despacho em folha anexa)
 08 MAIO 2019
 Processo deferido. Publique-se e
 Processo indeferido.

2º Exigência

3º Exigência

4º Exigência

5º Exigência

08 MAIO 2019

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

Processo em exigência
 (Vide despacho em folha anexa)
 Processo deferido. Publique-se e
 Processo indeferido.

2º Exigência

3º Exigência

4º Exigência

5º Exigência

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da Turma

OBSERVAÇÕES:



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 08/05/2019

Arquivamento 20196546338 Protocolo 196546338 de 29/04/2019 NIRE 42203645418

Nome da empresa BBC TEXTIL LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 164584597138925

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/05/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral;

09/05/2019





BBC TEXTIL LTDA

CNPJ/MF MTZ 07.519.703/0001-70 NIRE 42203645418
CNPJ/MF FL 01 07.519.703/0002-50 NIRE 42901077989

4ª (Quarta) Alteração Contratual

Por este instrumento particular de alteração e consolidação de contrato social, as partes contratantes a seguir individualizadas:

01) **ORLANDO BIANCHIN**, brasileiro, casado pelo Regime de Comunhão Parcial de Bens, empresário, nascido em Maravilha SC, no dia 14/10/76, residente e domiciliado em Chapecó-SC, Rua Ângelo Mulinari 554 E, Bairro Efapi, CEP 89.809-723, portador da Cédula de Identidade nº. 12R 2.999.137 SSP/SC e do CPF n.º 016.570.439-08;

02) **JUNIOR TADEU TEDESCO**, brasileiro, solteiro, nascido em Cunha Porã-SC, no dia 18/08/80 empresário, residente em Chapecó - SC, na Rua Ângelo Mulinari nº 554 E, Bairro Efapi, CEP 89.809-723, portador da RG 3.655.035 SSP/SC e CPF n.º 031.689.629-29;

ÚNICOS sócios componentes da sociedade **BBC TEXTIL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro jurídico na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, na Rua Curt Ottão Guilherme Jungiereck 170 E, Bairro Efapi, CEP 89.809-722, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.519.703/0001-70, com seu Contrato Social Constitutivo registrado/arquivado na MM. JUCESC sob o n.º 42203645418 em sessão de 26/07/2005.

RESOLVEM, todos de comum e pleno acordo e na melhor forma da lei e de direito, alterar seu Contrato Social Constitutivo, visto haver, a) Alteração no endereço da sede social da empresa Mariz; b) alteração no objetivo social; c) Consolidação de seu Contrato Social, o que fazem mediante cláusulas e condições seguintes:

PRIMEIRA – Pela presente alteração contratual o endereço da sociedade passa a ser no município de Chapecó SC, na Rodovia SC 283, KM 03, Linha Simoneto CEP 89.809-846.

SEGUNDA - Pela presente alteração contratual o Objeto Social da matriz passa a ser:

- **Fabricação, importação e exportação de artefatos têxteis, roupas de cama, banho, cozinha, travesseiros, lençóis, endredons, almofadas, Decoração, cortinas e semelhantes - 13.51-1/00.**
- **Fabricação Importação e Exportação de produtos Têxteis para decoração – 13.59-6-00.**
- **Fabricação Importação e Exportação de colchões 31.04-7-00.**
- **Comércio atacadista, importação e exportação de artigos de cama mesa e banho 46.41-9-02.**
- **Comércio atacadista, importação e exportação de artigos do vestuário e confecções 46.42-7-01.**
- **Comércio Atacadista importação e exportação de tecidos 46.41-9-01.**
- **Comércio atacadista importação e exportação de móveis e artigos de colchoaria 46.49-4-04**

Ana Lopes



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 08/05/2019

Arquivamento 20196546338 Protocolo 196546338 de 29/04/2019 NIRE 42203645418

Nome da empresa BBC TEXTIL LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 164584597138925

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/05/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral;

09/05/2019



2

- Comércio varejista, importação e exportação de artigos do vestuário e acessórios 47.81-4-00.
- Comércio varejista, importação e exportação de artigos de confecções cama mesa e banho 47.55-5-03.
- Comércio Varejista Importação e Exportação de Tecidos 47.55-5-01.
- Comércio Varejista Importação e Exportação de colchões e travesseiros 47.54-7-02.
- Transporte Rodoviário de Cargas, Exceto produtos Perigosos e mudanças, Interestadual e Internacional 49.30-2-02.
- Serviços de reparação, manutenção, conserto e assistência técnica em produtos de sua fabricação, em objetos e equipamentos domésticos, em colchões, e lençóis térmicos. 9529-1/99.
- Serviços de reparação, manutenção, conserto e assistência técnica em produtos de sua fabricação, em equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e equipamentos doméstico 95.21-5/00.

TERCEIRA - Pela presente Alteração Contratual, decidem os sócios em consolidar seu Contrato Social da seguinte forma:

DA DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E PRAZO DE DURAÇÃO.

Cláusula 1ª - A sociedade gira sob o nome empresarial de **BBC TEXTIL LTDA.**

Cláusula 2ª - O objeto da sociedade é:

- Fabricação, importação e exportação de artefatos têxteis, roupas de cama, banho, cozinha, travesseiros, lençóis, endredons, almofadas, Decoração, cortinas e semelhantes - 13.51-1/00.
- Fabricação Importação e Exportação de produtos Têxteis para decoração - 13.59-6-00.
- Fabricação Importação e Exportação de colchões 31.04-7-00.
- Comércio atacadista, importação e exportação de artigos de cama mesa e banho 46.41-9-02.
- Comércio atacadista, importação e exportação de artigos do vestuário e confecções 46.42-7-01.
- Comércio Atacadista importação e exportação de tecidos 46.41-9-01.
- Comércio atacadista importação e exportação de móveis e artigos de colchoaria 46.49-4-04
- Comércio varejista, importação e exportação de artigos do vestuário e acessórios 47.81-4-00.
- Comércio varejista, importação e exportação de artigos de confecções cama mesa e banho 47.55-5-03.
- Comércio Varejista Importação e Exportação de Tecidos 47.55-5-01.
- Comércio Varejista Importação e Exportação de colchões e travesseiros 47.54-7-02.
- Transporte Rodoviário de Cargas, Exceto produtos Perigosos e mudanças, Interestadual e Internacional 49.30-2-02.
- Serviços de reparação, manutenção, conserto e assistência técnica em produtos de sua fabricação, em objetos e equipamentos domésticos, em colchões, e lençóis térmicos. 9529-1/99.

Ana Lopes



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 08/05/2019

Arquivamento 20196546338 Protocolo 196546338 de 29/04/2019 NIRE 42203645418

Nome da empresa BBC TEXTIL LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 164584597138925

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/05/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral;

09/05/2019

- Serviços de reparação, manutenção, conserto e assistência técnica em produtos de sua fabricação, em equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e equipamentos doméstico 95.21-5/00.

Cláusula 3ª - A sociedade tem sua sede e foro jurídico no município de Chapecó SC, na Rodovia SC 283, KM 03, Linha Simoneto CEP 89.809-846, podendo abrir filiais e agências em outros municípios e estados da União.

Cláusula 4ª - A sociedade manterá a Filial nº 01 no município de Guatambu, Estado de Santa Catarina, Rodovia SC 283, SN, FZ Zandavalli, CEP 89.817-000, inscrita no CNPJ/MF 07.519.703/0002-50 e NIRE 42901077989 em 24/03/2015.

Parágrafo Único: para a filial nº 01 fica destacado do capital social, o montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Cláusula 5ª - A sociedade iniciou suas atividades em 01/08/05 e terá duração por tempo indeterminado.

DO CAPITAL E DAS QUOTAS.

Cláusula 6ª - O capital social da sociedade é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas de Capital, de valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada uma, e sua distribuição entre os sócios, fica assim identificada:

a) **ORLANDO BIANCHIN** a quantidade de 190.000 (cento e noventa mil) quotas de capital, de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma no importe de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), correspondente ao percentual de 95,00% do total do capital social.

b) **JUNIOR TADEU TEDESCO** a quantidade de 10.000 (dez mil) quotas de capital, de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma no importe de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) correspondente ao percentual de 5,00% do total do capital social.

§ 1º - O Capital Social encontra-se, na presente data, totalmente integralizado em moeda corrente nacional.

§ 2º - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

§ 3º - Os sócios são obrigados ao cumprimento da forma e prazo previstas para a integralização de suas quotas, e aquele que deixar de fazê-lo deverá ser notificado imediatamente e no prazo de 30 (trinta) dias da notificação pela sociedade, responderá perante esta pelo pagamento de mora.

§ 4º - Verificada a mora, poderão, por decisão majoritária, os demais sócios tomarem para si ou transferirem para terceiros a quota do sócio remisso, excluindo o primitivo titular e devolvendo-lhe o que houver pago, deduzidos os juros da mora, as prestações não cumpridas e mais despesas, se houver.

[Assinaturas manuscritas]

Ana Lopes



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 08/05/2019

Arquivamento 20196546338 Protocolo 196546338 de 29/04/2019 NIRE 42203645418

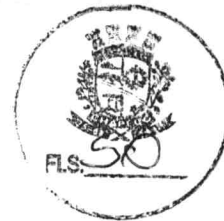
Nome da empresa BBC TEXTIL LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 164584597138925

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/05/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral;

09/05/2019



4

§ 5º - A cessão total ou parcial de quota, sem a correspondente modificação do contrato social com o consentimento dos demais sócios, não terá eficácia quanto a estes e à sociedade.

Cláusula 7ª - O sócio participa dos lucros e perdas, na proporção das respectivas quotas.

Parágrafo único - Os sócios são obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, mesmo aquelas autorizadas no contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital.

DA ADMINISTRAÇÃO.

Cláusula 8ª - A Administração da sociedade será exercida, pelos sócios **ORLANDO BIANCHIN e JUNIOR TADEU TEDESCO**, aos quais caberá representar a sociedade individualmente ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo praticar todos os atos necessários para a consecução do fim social e bom desempenho das suas funções.

§ 1º - Para credenciar procuradores, comprar, vender, alienar bens móveis e imóveis registrados no ativo permanente, oferecer bens móveis e imóveis em garantias ou hipotecas, assinar contrato de abertura de crédito financeiro, e movimentação de contas bancárias, solicitação de extratos e emissão de cheques também poderão assinar individualmente os administradores.

§ 2º - Os administradores poderão ou não receber um "pró-labore" mensal, fixado de comum acordo pelos sócios no início de cada exercício social, respeitando as normas fiscais vigentes e os seus limites.

§ 3º - É vedado aos administradores fazerem uso da firma na prestação de garantia, fiança, aval ou qualquer outro título de favor, em negócios estranhos ao objeto social.

§ 4º - Os administradores responderão solidariamente perante a sociedade e aos terceiros prejudicados por culpa no desempenho de suas funções.

Cláusula 9ª - Nos quatro primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social, o administrador será obrigado a prestar contas justificadas de sua administração, apresentando-lhes o inventário, bem como o balanço patrimonial e a demonstração do resultado econômico.

DAS REUNIÕES.

Cláusula 10 - As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, que será convocada pelo administrador.

§ 1º - O anúncio de convocação para reunião será publicado por três vezes, ao menos, devendo mediar, entre a data da primeira inserção e a da realização da assembléia, o prazo mínimo de oito dias para a primeira convocação, e de cinco dias para as posteriores.

Ana Lopes



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 08/05/2019

Arquivamento 20196546338 Protocolo 196546338 de 29/04/2019 NIRE 42203645418

Nome da empresa BBC TEXTIL LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 164584597138925

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/05/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral;

09/05/2019



5

§ 2º - As publicações serão feitas no órgão oficial do Estado ou da União, conforme o local da sede da sociedade, e em jornal de grande circulação.

§ 3º - Dispensam-se às formalidades de convocação previstas nos parágrafos antecedentes, quando todos os sócios comparecerem ou declararem, por escrito, estar cientes do local, data, hora e ordem do dia.

§ 4º - A reunião torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

§ 5º - Realizada a reunião, dos trabalhos e deliberações será lavrada, no livro de atas de reuniões, ata assinada pelos sócios participantes e cópia da ata autenticada pelos administradores, ou pela mesa será apresentada ao Registro Público de Empresas Mercantis, para arquivamento e averbação.

§ 6º - A reunião dos sócios instala-se com a presença, em Primeira convocação, de titulares de no mínimo três quartos do capital social, e, em Segunda, com qualquer número.

DAS DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS.

Cláusula 11 - Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no contrato:

- a) aprovação das contas da administração;
- b) a designação dos administradores, quando feita em ato separado;
- c) a destituição do administrador;
- d) o modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato;
- e) a modificação do contrato social;
- f) a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- g) a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;

§ 1º - As deliberações dos sócios serão tomadas:

I – pelos votos correspondentes, no mínimo, a três quartos do capital social, nos casos previstos nas letras “e” e “f” desta cláusula;

II – pelos votos correspondentes a mais de metade do capital social, nos casos previstos nas letras “b”, “c” e “d” desta cláusula;




III – Pela maioria dos presentes, nos demais casos previstos no contrato ou na lei.

§ 2º - As deliberações dos sócios serão tomadas por maioria de votos, contados segundo o valor da quota de cada um.

§ 3º - As deliberações tomadas de conformidade com o presente contrato e ao amparo da lei vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

RETIRADA, MORTE, OU EXCLUSÃO DE SÓCIO.

Cláusula 12 - Cabe ao sócio que desejar ceder suas quotas ou retirar-se da sociedade comunicar aos demais, por escrito, com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias,



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 08/05/2019

Arquivamento 20196546338 Protocolo 196546338 de 29/04/2019 NIRE 42203645418

Nome da empresa BBC TEXTIL LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 164584597138925

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/05/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral;

09/05/2019



6

garantindo aos sócios remanescentes o direito de preferência na aquisição das mesmas.

Parágrafo único: Se nenhum dos sócios usar do direito de preferência, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do aviso de que trata este artigo, tem o sócio cedente a liberdade de transferir a sua quota a terceiro.

Cláusula 13 - O falecimento de qualquer dos quotistas não dissolverá a sociedade, que poderá continuar com os herdeiros do de cujus, salvo se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da mesma.

§ 1º - Até que se ultime, no processo de inventário, a partilha dos bens deixados pelo de cujus, incumbirá ao inventariante, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva dos interessados perante a sociedade.

§ 2º - Os herdeiros, através de seu inventariante ou representante legal, poderão retirar-se da sociedade.

Cláusula 14 - Pode o sócio ser excluído quando a maioria dos sócios, representando mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos graves e que configurem justa causa.

§ 1º - A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para este fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

§ 2º - Será também de pleno direito excluído da sociedade o sócio declarado falido, ou aquele cuja quota tenha sido liquidada para o pagamento de credor particular do sócio.

§ 3º - No caso de retirada, morte ou exclusão de sócios ou dissolução da sociedade, o valor das quotas, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado, à data da resolução, e seus haveres lhe serão pagos em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a apuração do valor.

§ 4º - Podem os sócios remanescentes suprirem o valor da quota.

Cláusula 15 - A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade.

DO EXERCÍCIO SOCIAL.

Cláusula 16 - O exercício social coincidirá com o ano civil.

§ 1º - Anualmente, em 31 de dezembro, será levantado o balanço geral da sociedade, dos lucros líquidos ou prejuízos do exercício; feitas as necessárias

[Handwritten signatures] Ana Lopes



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

09/05/2019

Certifico o Registro em 08/05/2019

Arquivamento 20196546338 Protocolo 196546338 de 29/04/2019 NIRE 42203645418

Nome da empresa BBC TEXTIL LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 164584597138925

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/05/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral;



amortizações e previsões o saldo porventura existente terá o destino que os sócios houverem por bem determinar;

§ 2º - Até quatro meses após o encerramento do exercício social, haverá reunião dos sócios para:

- a) tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico;
- b) designar administradores, quando for o caso;
- c) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

§ 3º - Da votação das contas e balanço poderá fazer parte o administrador, quando este for sócio da empresa.

DISPOSIÇÕES FINAIS.

- Cláusula 17 -** O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002).
- Cláusula 18 -** Os casos omissos serão tratados pelo que regula o Capítulo I, Subtítulo II, do Livro II, da Lei 10.406/2002 – Novo Código Civil.
- Cláusula 19 -** As partes, de comum acordo, elegem o Foro da Comarca de Chapecó SC, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida que possa emergir deste documento.
- Cláusula 20 -** Revogam-se todas as disposições contidas no contrato social primitivo, e demais alterações passando a sociedade a reger-se somente pelo que está contido neste instrumento.

E por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente na presença das testemunhas abaixo, para que produza efeitos legais.

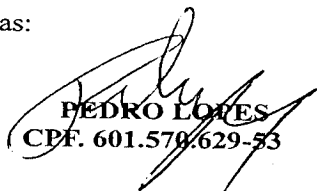
Chapecó (SC), em 06 de fevereiro de 2019.

A) Os Quotistas:


ORLANDO BIANCHIN


JUNIOR TADEU TEDESCO

B) As Testemunhas:


PEDRO LOPES
CPF. 601.570.629-53


ANA PAULA APELARI LOPES
CPF 054.868.269-07



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 08/05/2019

Arquivamento 20196546338 Protocolo 196546338 de 29/04/2019 NIRE 42203645418

Nome da empresa BBC TEXTIL LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 164584597138925

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/05/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral;

09/05/2019



196546338



TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	BBC TEXTIL LTDA
PROTOCOLO	196546338 - 29/04/2019
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 42203645418
CNPJ 07.519.703/0001-70
CERTIFICO O REGISTRO EM 08/05/2019
SOB N: 20196546338



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 08/05/2019

Arquivamento 20196546338 Protocolo 196546338 de 29/04/2019 NIRE 42203645418

Nome da empresa BBC TEXTIL LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 164584597138925

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/05/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral;

09/05/2019

FOLHA DE S.PAULO


☆☆☆

CORONAVÍRUS (<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/coronavirus/>)

Com 4 vezes taxa de mortos da Itália, país mais afetado pelo coronavírus vive situação crítica

Microrrepública de San Marino já teve 21 mortos, numa população de 34 mil habitantes

28.mar.2020 à 1h00

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/03/28/>)**Fábio Zanini** (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/fabio-zanini.shtml>)

SÃO PAULO A crise do coronavírus (<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/coronavirus/>) tornou uma piada de mau gosto o epíteto "A Sereníssima", pelo qual é conhecida a montanhosa República de San Marino.

O microestado encravado no centro-norte da Itália, com área pouco maior que a do bairro paulistano de Itaquera, é o país mais afetado pela pandemia em todo o planeta, em termos proporcionais.

...vale muito.



Bloqueio policial na estrada que liga a Itália à República de San Marino, país mais afetado pelo coronavírus no mundo - Il Resto del Carlino

Até esta sexta-feira (27), eram 223 contaminados e 21 mortos, para uma população de 34 mil habitantes, menor que a de muitos bairros de São Paulo.

Isso significa uma taxa de 6,55 infectados para cada mil habitantes, ou quatro vezes e meia a da Itália, um dos países em que a pandemia apresenta contornos mais dramáticos (<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/italia-registra-919-novas-mortes-maior-numero-diario-desde-inicio-da-pandemia-do-coronavirus.shtml>).

Em número de óbitos, o índice de San Marino é de 0,61 por mil habitantes, o quádruplo da italiana.

"Estamos em uma situação crítica, mas a população está respeitando as regras estabelecidas pelo governo", disse à **Folha** o médico Gabriele Rinaldi, membro do grupo de emergência sanitária criado pelas autoridades locais em 23 de janeiro.

... para não voltar mais.

acompanhamento econômico.

Mas o drama emocional é inevitável, já que num lugar tão pequeno todos conhecem alguém que morreu ou adoeceu. "As repercussões morais [sobre a população] saberemos depois", afirma Rinaldi.

O Hospital do Estado, maior centro de saúde público do país, aumentou de 6 para 16 o número de leitos de UTI e converteu toda a parte de geriatria em uma ala de combate à Covid-19.

● O combate à doença, em parte, é auxiliado pelo fato de San Marino ter um sistema de saúde pública universal de boa qualidade.

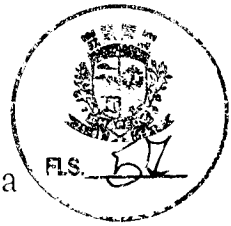
O padrão de vida também é alto, com renda per capita de US\$ 59 mil (R\$ 300 mil), o que resulta numa população bem alimentada e, até a chegada da pandemia, saudável.

A cooperação com as autoridades italianas tem sido grande. Segundo Rinaldi, a Itália doou três respiradores artificiais e uma tenda para ser utilizada como hospital de campanha em caso de necessidade, além de fazer os exames para diagnosticar a doença em casos suspeitos.

● "O número de profissionais de saúde que temos é suficiente, apesar de estarem trabalhando mais horas", afirma Rinaldi.

"Se o Brasil tiver disponíveis enfermeiros e médicos especializados em terapia intensiva, estaremos prontos a recebê-los para podermos suportar o trabalho", diz o médico.

O trânsito na fronteira da pequena república com a Itália foi totalmente restrito, e apenas moradores e pessoas com assuntos urgentes a tratar em San Marino são autorizadas a ingressar, mediante cuidadoso controle policial. Por isso, a estrada que liga o país à cidade italiana de Rimini tem tido longas filas de carros.



o país chegou a ser quase anexo.



Ocorreu pela igreja católica apenas no século 19.

Desde então, San Marino sobreviveu como entidade independente, primeiro ao processo de unificação italiana, no século 19, e depois a duas guerras mundiais.



É uma república parlamentarista, com dois chefes de Estado de caráter cerimonial, chamados de capitães-regentes, e um Conselho com deputados eleitos.

Economicamente, sobrevive à base de turismo e exportação de cerâmica e tecidos. Até o início da década, era considerado um paraíso fiscal, mas fez reformas em seu sistema de tributação por exigência da União Europeia.

A razão pela qual o coronavírus se espalhou tão rapidamente ainda é objeto de debate, mas há algumas indicações. A mais óbvia é que o país está geograficamente imerso em algumas das regiões mais afetadas pela crise na Itália, com quem tem relações umbilicais.

Além disso, a exemplo dos italianos, tem mais de 20% da população acima de 65 anos, principal grupo de risco. E, talvez o que tenha feito a diferença mais do que tudo, todos ali vivem espremidos. A densidade demográfica de San Marino é de 557 habitantes por km², contra 212 da Itália.

Outros microestados também estão no topo da lista de países mais afetados proporcionalmente pela pandemia, como Andorra, Liechtenstein e até o Vaticano, que teve quatro casos (mas nenhuma morte).

Dono de uma agência funerária em San Marino, Marco Berlini afirma que seu movimento cresceu 50% nos primeiros três meses do ano na comparação com 2019.

"A vida cotidiana mudou muito, por causa das restrições impostas pelo governo. As pessoas podem deixar suas casas apenas para comprar alimentos, fazer trabalho essencial ou dar assistência a idosos que moram sozinhos", disse Berlini à **Folha**.

... sua assinatura vale muito.

unidade. Chamou a campanha de "Uma Bandeira, Uma Nação", numa tentativa de levantar o ânimo de um lugar outrora pacato.

sua assinatura vale muito

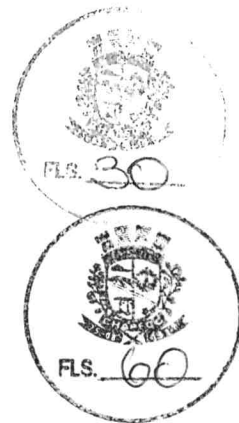
Mais de 130 reportagens e análises publicadas a cada dia. Um time com mais de 120 colunistas. Um jornalismo profissional que fiscaliza o poder público, veicula notícias proveitosas e inspiradoras, faz contraponto à intolerância das redes sociais e traça uma linha clara entre verdade e mentira. Quanto custa ajudar a produzir esse conteúdo?

(<https://globo1.folha.com.br/assinatura/390510>)

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/com-4-vezes-taxa-de-mortos-da-italia-pais-mais-afetado-pelo-coronavirus-vive-situacao-critica.shtml>

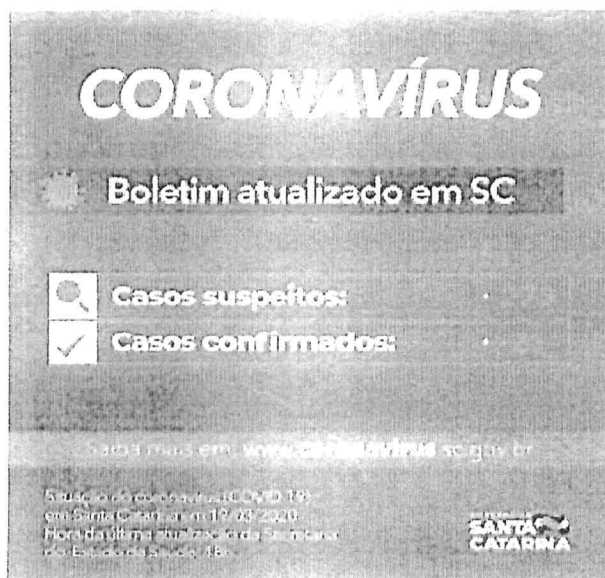
CORONAVÍRUS



Prevenção Transparência Tira dúvidas Notícias Legislação Notas técnicas
Compartilhe Profissionais de Saúde

Boletim Novo Coronavírus – COVID – 19 – (19 Março 2020)

Postado em 22 de março de 2020



coronavirus.sc.gov.br

Gestão de Conteúdo:

Secretaria de Estado de Comunicação
Governo do Estado de Santa Catarina





Notícias

01 DIA ATRÁS



Boletim Coronavírus - 19/04/2020, domingo

Download (download/2874/noticia)

CORONAVÍRUS

BOLETIM DE INFORMAÇÕES

CASOS SUSPEITOS: **06**

CASOS DESCARTADOS: **81**

CASOS CONFIRMADOS: **06**

CASOS RECUPERADOS: **05**

Atualizado em: 19.04

PREFEITURA DE
CHAPECÓ

(extranet/thumbnail/resize/800/Noticia/19042020_numeros_coronavirus_1587302476493.jpg)
Divulgamos neste espaço estatísticas de atendimentos.

Balanço diário: casos suspeitos, descartados e confirmados

(<https://docs.google.com/spreadsheets/d/14VPez3faP5oNJgj1pQccWT8b46z8q-DunosZWHeqipw>)

Atendimentos no Ambulatório de Campanha

(<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1Xd9SziogMDLedB76juWbRCG1HQpVaSeZqj6DAr25Hn4>)

Atendimentos no Serviço de Triagem Médica

(https://docs.google.com/spreadsheets/d/1roXLgNtEgVZI_8vuAshPbbLiuVkj6Zh0QU99McV3iP4)

Atendimentos da Assistência Social

(<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1oPFHFpWkJRwjvxJ5NvTJbPtqFVpOJHvbKs6aH4Zgkac>)


Ir direto para o conteúdo


Outras notícias sobre as medidas para conter a propagação do novo coronavírus e os boletins atualizados estarão disponíveis em www.chapeco.sc.gov.br/coronavirus (<https://chapeco.sc.gov.br/coronavirus>).

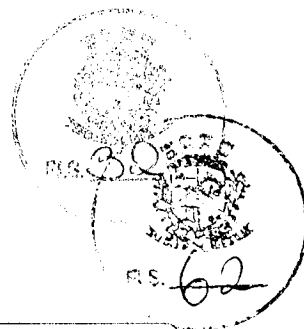
[#saúde](#) ([noticias?tag=66](#)) [#Coronavírus](#) ([noticias?tag=155](#))

Prefeitura de Chapecó - Av. Getúlio Vargas, 957S
CEP 89812-000
Fone (49) 3321-8400

 (<https://www.facebook.com/prefeituradechapeco/>)

 (<https://www.instagram.com/prefeituradechapeco/>)

 (<https://twitter.com/prefechapeco>)





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ



DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 43/2020-FMS

OBJETO:

AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE AVENTAIS IMPERMEÁVEIS PARA USO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS QUE ESTÃO TRABALHANDO NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS.

CONTRATADO: BBC TÊXTIL LTDA ME

QUANTIDADE: 4.000 (quatro mil) unidades

VALOR UNITÁRIO: R\$10,90 (dez reais e noventa centavos)

VALOR DA DISPENSA: R\$ 43.600,00 (quarenta e três mil e seiscentos reais)

FUNDAMENTO LEGAL:

Art. 24, Inciso IV, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores:

[...]

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

LEI Nº 13.979/2020

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o **caput** deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

DECRETO MUNICIPAL Nº 38.652/20

Art. 4º Fica autorizada a realização de despesas, inclusive com dispensa de licitação, para o cumprimento deste Decreto, tais como a contratação de profissionais da área da saúde, na hipótese de necessidade emergencial, e a aquisição de medicamentos, leitos de UTI e outros insumos, mediante prévia justificativa da área competente ratificada por ato da Secretária Municipal de Saúde. Parágrafo único. Na contratação de bens ou serviços para tratamento, prevenção, isolamento ou quarentena, em caso de dispensa de licitação, a Secretaria Municipal de Saúde deverá observar as hipóteses previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como instruir o processo com justificativa e parecer jurídico emitidos pela Procuradoria Geral do Município.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ



JUSTIFICATIVA:

É notória a disseminação mundial do coronavírus classificada, pela Organização Mundial de Saúde, como pandemia.

Diante do cenário assustador representado pelo grande número de mortes, principalmente no continente europeu (com maior incidência na Itália)¹ e com o surgimento de casos em vários municípios de Santa Catarina², inclusive em Chapecó³, conforme Boletim informativo do município veiculado em 19/04/2020.

À vista desse panorama, e conforme relata o memorando nº 9.799/2020 (1Doc), há a necessidade de compra emergencial de aventais impermeáveis para uso dos servidores que estão trabalhando no enfrentamento da pandemia do Coronavírus, conforme orientação de nota técnica da SES 02/2020.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Dentre os orçamentos realizados o fornecedor foi o que apresentou a proposta mais vantajosa. A habilitação dos fornecedores seguiu a permissão contida no art. 4º-F, Lei nº 13.979/20, ressalvada a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

O preço ofertado reflete a realidade atual do mercado.

Chapecó - SC/ 23 de abril de 2020.

RIQUELMO BEDIN FILHO

Presidente da Comissão Municipal de Licitações

¹ Conforme notícia veiculada no portal do jornal Folha de São Paulo, disponível no endereço eletrônico: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/com-4-vezes-taxa-de-mortos-da-italia-pais-mais-afetado-pelo-coronavirus-vive-situacao-critica.shtml>, doc. fls. 55-59.

² Conforme boletim divulgado pelo governo estadual, disponível no endereço: <http://www.coronavirus.sc.gov.br/2020/03/22/boletim-novo-coronavirus-covid-19-19-marco-2020/>, doc. fls. 60.

³ Conforme Boletim Epidemiológico do dia 19/04/2020, da Secretaria Municipal de Saúde, doc. fls. 61-62.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ



Em virtude da exposição referente à realização da despesa independente de Licitação, fundamentado nos motivos acima, e de conformidade com a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações:

HOMOLOGO A REALIZAÇÃO DA PRESENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

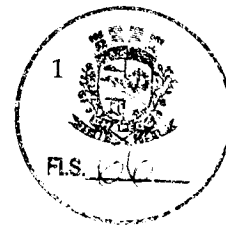
Chapecó - SC, 23 de abril de 2020.

MARISTELA BISOGNIN SANTI ROCHA

Secretária Municipal de Saúde



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
Procuradoria-Geral do Município



Chapecó-SC, 23 de abril de 2020.

PARECER JURÍDICO Nº 0478/2020

OBJETO: Minuta de Dispensa de Licitação nº 043/2020-FMS. Análise Jurídica-Formal. Aquisição em caráter emergencial de materiais de proteção individual. Sistema Único de Saúde. Pandemia coronavírus.

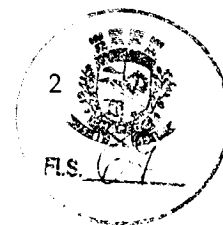
Trata-se o presente de análise da minuta da Dispensa de Licitação nº 43/2020-FMS, por intermédio do qual se pretende a aquisição emergencial de aventais impermeáveis para uso dos servidores municipais que estão trabalhando no enfrentamento da pandemia do coronavírus.

Constam nos autos analisados, além da minuta objeto deste parecer: Solicitação de Compra/Contratação nº 712/2020, expedida em face da Secretária de Saúde; cópia do Memorando nº 9.799/2020 oriundo da Gerência de Assistência Farmacêutica; cópia de orçamentos, de deliberações da Vigilância Sanitária Estadual e demais informativos referentes a atual situação do Covid-19 e atividades realizadas pelo Município.

No que concerne ao processo ora analisado, a autoridade competente informa que o fundamento legal da dispensa é aquele disposto no inciso IV do art. 24 da Lei Federal n. 8.666/1993:

Art. 24. É dispensável a licitação:

[...] IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos. [...]



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
Procuradoria-Geral do Município

Art. 4º. Lei 13.979/2020. É dispensável a licitação para a aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública da importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

§1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

Art. 4º, Decreto Municipal nº 38.652/2020. Fica autorizada a realização de despesas, inclusive com dispensa de licitação, para o cumprimento deste Decreto, tais como a contratação de profissionais da área da saúde, na hipótese de necessidade emergencial, e a aquisição de medicamentos, leitos de UTI e outros insumos, mediante prévia justificativa da área competente ratificada por ato da Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Na contratação de bens ou serviços para tratamento, prevenção, isolamento ou quarentena, em caso de dispensa de licitação, a Secretaria Municipal de Saúde deverá observar as hipóteses previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como instruir o processo com justificativa e parecer jurídico emitidos pela Procuradoria Geral do Município.

Conforme se denota do processo de dispensa, a autoridade competente justifica a aquisição tendo em vista que:

[...] Diante do cenário assustador representado pelo grande número de mortes, principalmente no continente europeu (com maior incidência na Itália) e com o surgimento de casos em vários municípios de Santa Catarina, inclusive em Chapecó, conforme Boletim Informativo do município veiculado em 19/04/2020.

À vista desse panorama, e conforme relata o memorando nº 9.799/2020 (1Doc), há a necessidade de compra emergencial de aventais impermeáveis para uso dos servidores que estão trabalhando no enfrentamento da pandemia do Coronavírus, conforme orientação de nota técnica da SES 02/2020.

Quanto à razão da escolha dos fornecedores, foi salientado pela autoridade competente:

Dentre os orçamentos realizados o fornecedor foi o que apresentou a proposta mais vantajosa.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ
Procuradoria-Geral do Município



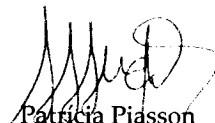
No quesito preço, tem-se que o “preço ofertado reflete a realidade atual do mercado”.

Neste sentido, resta claro que o processo ora em análise está devidamente amparado nas legislações específicas para o caso em tela, quais sejam, Lei Federal n. 8.666.93, Lei Federal nº 13.979/2020 e Decreto Municipal nº 38.652/2020.

Diante do exposto – e restrito aos aspectos jurídicos-formais – esta Procuradoria manifesta-se pela viabilidade jurídica da realização da Dispensa de Licitação nº 43/2020-FMS.

Por derradeiro, cumpre salientar que o presente parecer baseia-se nos elementos que constam até a presente data nos autos ora analisados e a análise *supra* se dá sob o prisma estritamente jurídico, não competindo-nos adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados pelos demais órgãos da Administração Municipal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

É o parecer¹.


Patrícia Piasson
Consultora Jurídica
OAB/SC nº 48.058

¹ O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo, sendo apenas a opinião técnico-jurídica emitida pelo operador do direito, que orientará o administrador na tomada da decisão, ou seja, na prática do ato administrativo que se constitui na execução *ex officio* da lei na oportunidade do julgamento, porquanto, o parecer jurídico constitui-se ato opinativo que pode, ou não, ser considerado pelo administrador (MS-24584/DF).



Análise do Sicom estima queda de 49% no faturamento do comércio em Chapecó

Estudo avalia efeitos desde fevereiro

Um quadro quanto ao faturamento das empresas no período de quarentena do coronavírus foi elaborado pela Divisão de Pesquisa e Estatística do Sindicato do Comércio da Região de Chapecó (Sicom). A análise, que mostra queda perto de 50% e perda em valores superiores a R\$ 50 milhões, foi feita com dados do IBGE e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo

de Chapecó e indicadores obtidos com a Secretaria da Fazenda de Santa Catarina.

O levantamento lembra que o primeiro caso de morte pelo Covid-19 no Brasil foi registrado em 23 de janeiro em Minas Gerais. Assinala que, diante do alto nível de contágio e a transição de pessoas entre países, em poucos dias havia casos em diversos estados, incluindo Santa Catarina, que adotou medidas restritivas desde 18 de março, o que também envolveu o comércio, mantendo-se abertos apenas os estabelecimentos de bens considerados es-

senciais, como supermercados, farmácias, postos de combustíveis e indústrias.

Com base nos dados da cidade e nos 26 dias em que o comércio deixou de funcionar na plenitude, o Sicom Pesquisas estima uma redução de aproximadamente 49% no faturamento do comércio. Em valor, isso significa uma quantia próxima de R\$ 54 milhões em termos de perda no movimento em Chapecó, sexto maior PIB do Estado e polo

industrial da região e que tem no comércio a participação em aproximadamente 15% do produto interno bruto municipal.

Os dados, explica o responsável pelo Sicom Pesquisas, Douglas Júnior Pires da Silva, não são oficiais, mas conjecturas para os dias de comércio parado até 13 de abril. "Estima-se, que as perdas serão ainda maiores, dado que mesmo com o retorno das atividades a economia levará algum tempo

até voltar ao normal", explica ele. Acrescenta que o aumento do desemprego e as incertezas de uma pandemia que ainda não foi

controlada reduzem a confiança das pessoas com reflexos no consumo e, por extensão, no movimento do comércio em geral.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS
Processo Licitatório nº 49/2020. Modalidade: Pregão Presencial 24/2020.
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA, TELEFÔNICA, HIDRAULICA, DESENTUPIMENTO DE ESGOTO E INSTALAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DE CLIMATIZADORES. Data da entrega dos envelopes: 08/05/2020 até às 08:30 horas. Data da abertura: 08/05/2020 às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site www.palmitos.sc.gov.br. Palmitos, 23 de Abril de 2020.
Dair Jocely Enge - Prefeito Municipal.

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº 10/2020
Edital: CONCORRÊNCIA N.01/2020
Tipo: maior oferta por item
Objeto: Alienação de Bens Imóveis, conforme Lei Municipal 2001/2020
Entrega dos Envelopes: 14:00 hrs do dia 27 de maio de 2020
Abertura dos Envelopes: 14:00 hrs do dia 27 de maio de 2020
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Porto União, 968, nos dias úteis, das Segundas a Sextas, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. site www.aguasdechapeco.sc.gov.br ou pelo fone 014 493339 0855.
Águas de Chapecó, 23 de abril de 2020.
LEONIR ANTONIO HENTGES
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABELARDO LUZ
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATORIO Nº 035/2020
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2020.
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP
O Município de Abelardo Luz - SC, TORNA PÚBLICO que fará realizar, com base nas Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93, Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do Tipo Menor Preço pelo Lote, no dia 08 de maio de 2020, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, para aquisição de combustíveis (S-10 e S-500) para manutenção da frota do município, durante o exercício de 2020/2021, conforme quantitativos e detalhamentos do edital. Os envelopes deverão ser entregues até às 09:00 horas do mesmo dia. Demais informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 3445-4322, Ramal 212 ou através do e-mail licita@abelardoluz.sc.gov.br.
Abelardo Luz (SC), 23 de abril de 2020.
WILAMIR DOMINGOS CAVASSINI - Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO
O Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 14:00 horas do dia 08 de maio de 2020, realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2020**, destinado a AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS DESTINADAS A PEQUENOS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, cujo processo Licitatório, será regido pela Lei nº 10.520/02. As propostas deverão ser protocoladas, a partir desta data, no site www.licitacoes-e.com.br encerrando-se o prazo de entrega às 13:50 horas do dia 08 de maio de 2020. A integral do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos nos sites www.chapeco.sc.gov.br, www.licitacoes-e.com.br ou no seguinte endereço: Avenida Getúlio Vargas, nº 957-S, ou pelo fone 49 - 3321-8458, CHAPECÓ, 22 de abril de 2020.
VALDIR CRESTANI
Secretário de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

AVISO DE LICITAÇÃO
O Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 09h do dia 12 de maio de 2020, realizará licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 66/2020**, destinado a EXECUÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, DE QUADRA ESPORTIVA COBERTA NO BAIRRO SEMINÁRIO, cujo processo Licitatório será regido pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações. As propostas deverão ser protocoladas, a partir desta data, encerrando-se o prazo de entrega às 08:50 horas do dia 12 de maio de 2020. A integral do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.chapeco.sc.gov.br ou no seguinte endereço: Avenida Getúlio Vargas, nº 957-S, ou pelo fone 49 - 3321-8456, CHAPECÓ, 22 de abril de 2020.

AMÉRICO DO NASCIMENTO JUNIOR
Secretário de Desenvolvimento Urbano

AVISO DE LICITAÇÃO
O Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 14:00 horas do dia sete de maio de 2020, realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2020-FMS**, destinado a AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO FURGÃO, TRANSFORMADO EM AMBULÂNCIA TIPO "A", PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHAPECÓ, cujo processo Licitatório será regido pela Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 14.182/2005. As propostas deverão ser protocoladas a partir desta, encerrando-se o prazo de entrega às 13:50 horas do dia sete de maio de 2020. A integral do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Avenida Getúlio Vargas, nº 957-S, ou pelo fone 49 3321-8462, ou ainda, no site: www.chapeco.sc.gov.br. Chapecó, 23 de abril de 2020.

MARISTELA BISOGNIN SANTI ROCHA
Secretária Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO
O Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 15:00 horas do dia sete de maio de 2020, realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2020-FMS**, destinado a COLETA E TRANSPORTE DE MATERIAL BIOLÓGICO, COLETADOS NA REDE BÁSICA DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO FIAP/1 UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO E TRANSPORTADOS AO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE ANÁLISES CLÍNICAS OU HOSPITAL REGIONAL DO OESTE, cujo processo Licitatório será regido pela Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 14.182/2005. As propostas deverão ser protocoladas a partir desta, encerrando-se o prazo de entrega às 14:50 horas do dia sete de maio de 2020. A integral do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Avenida Getúlio Vargas, nº 957-S, ou pelo fone 49 3321-8462, ou ainda, no site: www.chapeco.sc.gov.br. Chapecó, 23 de abril de 2020.

MARISTELA BISOGNIN SANTI ROCHA
Secretária Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO
O Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 14:00 horas do dia sete de maio de 2020, realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2020-FMS**, destinado a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ULTRASSONOGRAFIA E ODONTOLOGIA, PARA REESTRUTURAÇÃO DA CLÍNICA DA MULHER, REDE DE ATENÇÃO BÁSICA E CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS, cujo processo Licitatório, será regido pela Lei nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº 14.182/2005. As propostas deverão ser protocoladas, a partir desta data, no site www.licitacoes-e.com.br encerrando-se o prazo de entrega às 13:45 horas do dia sete de maio de 2020. A integral do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos nos sites www.chapeco.sc.gov.br, www.licitacoes-e.com.br ou no seguinte endereço: Avenida Getúlio Vargas, nº 957-S, ou pelo fone 49 3321-8458, Chapecó, 23 de abril de 2020.

MARISTELA BISOGNIN SANTI ROCHA
Secretária Municipal de Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 41/2020-FMS
OBJETO: AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE MÁSCARAS DE PROTEÇÃO NR 95 PARA SEREM UTILIZADAS NO COMBATE DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS.
CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
VALOR: R\$ 79.600,00 (setenta e nove mil e seiscentos reais).
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, Inciso IV, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores; art. 4º, §1º da Lei nº 13.979/2020 e art. 4º do Decreto Municipal nº 38.652/20.
CHAPECÓ, 22 de abril de 2020.
MARISTELA BISOGNIN SANTI
Secretária de Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 43/2020-FMS
OBJETO: AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE AVENTAIS IMPERMEÁVEIS PARA USO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS QUE ESTÃO TRABALHANDO NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS.
CONTRATADA: BBC TÊXTIL LTDA ME
VALOR: R\$ 43.600,00 (quarenta e três mil e seiscentos reais)
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, Inciso IV, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores; art. 4º, §1º da Lei nº 13.979/2020 e art. 4º do Decreto Municipal nº 38.652/20.
CHAPECÓ, 22 de abril de 2020.
MARISTELA BISOGNIN SANTI
Secretária de Saúde



Fundo Municipal de Saúde de Chapecó

Rua Marechal Floriano Peixoto - L. 700 - Centro - 89.801-501 - Chapecó/ SC
CNPJ: 80.636.475/0001-08 Fone: (49)3321-0090 atsaude@chapeco.sc.gov.br
<https://www.chapeco.sc.gov.br>



Usuário: Maiara dos Santos

Chave de Autenticação Digital
2013-7289-930

Página
1 / 1

FLS. 7

Licitações Adjudicadas

Licitação: DL43/2020 **Modalidade:** Dispensa por Justificativa **Julgamento:** Por item **Registro de preço:** Não **Controla quantidade:** Sim

Objeto: AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE AVENTAIS IMPERMEÁVEIS PARA USO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS QUE ESTÃO TRABALHANDO NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

Fornecedor: 26452 - BBC TEXTIL LTDA **CPF/CNPJ:** 07.519.703/0001-70 **Valor total (R\$):** 43.600,00

Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
23/04/2020	1	14322 - AVENTAL	UNIDADE	4.000,00000	10,90000	43.600,00
		Complemento do item: AVENTAL LAMINADO IMPERMEÁVEL (FALSO TECIDO DE FILAMENTOS SINTÉTICOS LAMINADO.				

Total Adjudicado (R\$): 43.600,00

Total de licitações adjudicadas: 1

Total Geral Adjudicado (R\$): 43.600,00



Fundo Municipal de Saúde de Chapecó

Rua Marechal Floriano Peixoto - L. 700 - Centro - 89.801-501 - Chapecó/ SC
CNPJ: 80.636.475/0001-08 Fone: (49)3321-0090 atsaude@chapeco.sc.gov.br
<https://www.chapeco.sc.gov.br>

Usuário: Maiara dos Santos

Chave de Autenticação Digital
1143-6788-329

Página
1 / 1



PLS.

Licitações homologadas

Licitação: DL43/2020

Modalidade: Dispensa por Justificativa

Registro de preço: Não

Controla quantidade: Sim

Objeto: AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE AVENTAIS IMPERMEÁVEIS PARA USO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS QUE ESTÃO TRABALHANDO NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

Credor/Fornecedor: 26452-BBC TEXTIL LTDA

Data	Item	Un. Medida	Material/Serviço/Denominação
23/04/2020	1	UNIDADE	14322 - AVENTAL Complemento do item: AVENTAL LAMINADO IMPERMEÁVEL (FALSO) TECIDO DE FILAMENTOS SINTÉTICOS LAMINADO.

Total licitações homologadas: 1